

Caderno de **O** Estandarte



Páscoa na Ressurreição do Senhor

Somos testemunhas da ressurreição!

Rev. Gerson Correia de Lacerda

Estamos entregando a todos os assinantes do órgão oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil mais um **Caderno de O Estandarte**.

No mês de outubro do ano passado, foi preparado e distribuído um Caderno, que teve como tema A Reforma Protestante. Os assinantes o receberam gratuitamente. Para os não assinantes, ele foi vendido, pela Editora Pendão Real, ao preço de R\$ 3,00. Restam ainda alguns exemplares, que estão à disposição dos interessados.

Temos agora o privilégio de encaminhar aos nossos leitores um Caderno que tem como tema a Páscoa na Ressurreição do Senhor.

Uma vez mais, os assinantes de **O Estandarte** o recebem gratuitamente. A Editora Pendão Real está vendendo este Caderno ao preço de R\$ 3,00.

A coordenação dos trabalhos de preparação desta edição foi desenvolvida pelo Rev. Eduardo Galasso Faria, membro da Assessoria de Imprensa e Comunicação e professor do nosso Seminário de São Paulo.

Já está sendo elaborado mais um Caderno. Será sobre a história da IPI do Brasil e, com a graça de Deus, deverá ser distribuído no final do mês de julho, quando será dada abertura oficial às celebrações do Centenário de nossa amada igreja.

Oramos ao Senhor pedindo para que utilize esta publicação para a edificação e inspiração da igreja, a fim de que ela siga o exemplo dos primeiros discípulos que eram testemunhas da ressurreição de Jesus (At 2.32).

O Rev. Gerson é o editor e o revisor de O Estandarte

Índice

	Apresentação	1
1	Rembrandt, o pintor da Bíblia	3
2	A crucificação de Cristo	7
3	Por que morreu Jesus?	12
4	O significado da cruz	18
5	A Trindade na cruz	23
6	Sufrimento de Cristo - Sofrimento de Deus	28
7	A Páscoa Judaica e a Páscoa Cristã	33
8	Relembrar para confiar (Salmo 78)	36
9	A Páscoa e o Ano Cristão	42
10	A ressurreição de Cristo e a nossa ressurreição	49
11	Jesus no caminho de Emaús (Lucas 24)	60
12	A ressurreição de Cristo e a redenção da criação	66
13	A Ceia do Senhor e a celebração do Cristo ressurreto	71
14	A união com Cristo	78

1

Rembrandt, o pintor da Bíblia

Rev. Eduardo Galasso Faria

As pinturas que aparecem em nosso **Caderno de O Estandarte** desta Páscoa constituem uma pequena mostra da obra do famoso pintor holandês Rembrandt van Rijn, que viveu no século XVII (1606-1669) sob forte influência da Igreja Reformada. Como diz John Leith, em *A Tradição Reformada*, “a pintura de Rembrandt tem a integridade e a autenticidade teológica nas quais Calvino insistia”.

Rembrandt casou-se na Igreja Reformada e seus filhos e neta foram batizados nela. Na infância, o livro predileto da família para as devoções diárias era a Bíblia.

Mais tarde, já pintor, a grande inspiração para os seus quadros foram os temas bíblicos. A Bíblia foi a sua companheira durante toda a vida. Dos seus 650 quadros a óleo, 145 foram sobre temas bíblicos; de suas 279 águas-fortes, 70 vêm da Bíblia; e dos 1.200 esboços que deixou, 575 são sobre temas e personagens bíblicos. Pintou dezenas de vezes a história de Abraão, assim como os peregrinos de Emaús, e trabalhou 15 vezes com a parábola do Bom Samaritano.

Sua vida foi bastante agitada. Teve lições de pintura com bons mestres, mas foi, acima de tudo, um autodidata. Aos 26 anos, deixou sua cidade natal, Leiden, para ir viver no grande centro cultural e econômico da Holanda, que era Amsterdam. Aos 33 anos, casado e bem estabelecido, empolgou os magnatas da sociedade com magníficos quadros, muito apreciados e expostos em lugares públicos. Foi um homem inteligente, ambicioso e rico que viveu muito bem e gozou de fama e grande sucesso. Um de seus quadros mais famosos é a “*Ronda Noturna*”, em que desenvolveu plenamente a técnica que seria uma de suas marcas mais notáveis como pintor: o claro-escuro.

Nessa primeira fase de sua vida, seus quadros revelam a influência dos grandes pintores renascentistas italianos. Como seu contemporâ-

neo Rubens, Rembrandt estava preocupado com as pinturas de grande expressão, sensacionais e de efeito teatral. Buscava a excitação dos grandes dramas e pintou o “Sacrifício de Isaque”, “Sansão”, a “Ascensão” e outros, nessa linha.

Aos poucos, buscando seu próprio caminho como pintor, começou a pintar de modo diferente e também a desagradar. Seus retratos, encomendados pelos aristocratas, eram sinceros demais e revelavam o perfil psicológico das pessoas retratadas. Passou a vender menos e começou a ter dificuldades financeiras. Terminou seu período de fama e prosperidade, e uma transformação radical se iniciou em sua vida.

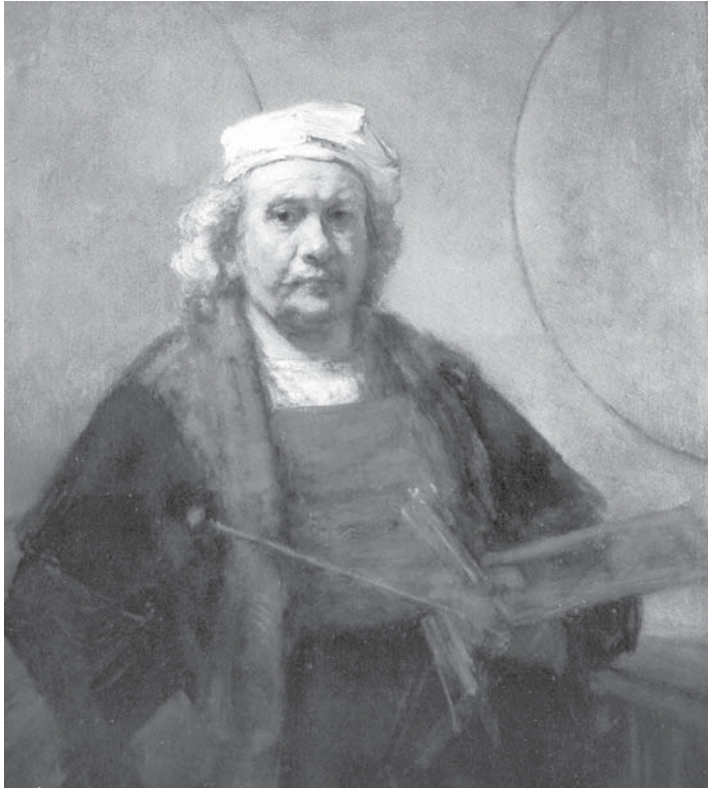
A morte da esposa Sásquia trouxe-lhe solidão e sofrimento intensos. Mudou-se com o filho Tito para um bairro humilde. Para sobreviver, vendeu a maioria de seus bens e objetos pessoais. Dos livros restaram-lhe apenas uma história dos judeus, de Flávio Josefo, e ... uma Bíblia.

Nessa nova fase, que se iniciou em 1642, sua vida se transformou. Ele começou a busca de um novo caminho de expressão artística para suas pinturas. Um caminho próprio. Deixou a grandeza do estilo renascentista e barroco, com sua arte idealizada, e procurou uma forma mais realista e menos solene para pintar. Como diz um estudioso de sua vida, ele agora “buscava a si mesmo” e queria retratar sua inquietação íntima. Já não lhe serviam as pinturas religiosas de antes, que retratavam as personagens com roupas ricas e suntuosas em gestos grandiosos.

Por causa disso, começou a ver a Bíblia de um outro modo. Para ela passou a ter novos olhos e começou a buscar o caminho para uma forma de expressão que manifestasse essa revolução espiritual interior. Tornou-se então, *um intérprete* das Escrituras. Como escreveu Visser't Hooft, “seu objetivo é representar o acontecimento bíblico com o espírito da Bíblia”¹.

Acima de tudo, conviveu com o livro dos livros e nele descobriu, a cada dia, coisas novas que lhe falavam ao coração e que ele pintava. Já não apreciava a majestade e a imponência com que os renascentistas exaltavam o humano para expressar o divino. Assim Michelangelo ou Rafael pintaram o Cristo, para que logo se impusesse. Deus foi pintado, por eles, como o grandioso e o nobilíssimo, sem nenhum lugar para o mistério.

O caminho de Rembrandt foi outro, pois o sagrado passou a ser expresso com formas “*mais naturais, humildes e simples*”. Uma



Auto-Retrato (1660)

expressividade discreta mostra a harmonia entre a sua pintura e a linguagem bíblica. Buscou o humano na simplicidade das pessoas que em nada chamavam a atenção, a não ser para os que têm a experiência da fé. Sua retratação do *Cristo* nada mais tinha a ver com a pintura renascentista, que procura convencer e não exige a fé para se aproximar do grande mistério. Para Rembrandt, a fé, como diz Hebreus 11.1, “*é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem*”. E, por isso, o Cristo é conhecido de forma indireta e no sofrimento, como o messias sofredor, não tendo “*aparência nem formosura; olhamo-lo, mas nenhuma beleza havia que nos agradasse*” (Is 53.2).

Contra a glorificação do humano, Rembrandt passou a buscar a verdade e não o belo em si. Como disse Visser't Hooft, à semelhança dos evangelistas, o que ele fazia do Cristo não era um retrato comum, nem biografia, mas um *testemunho de fé*.

Também não estava interessado em experiências estéticas, nem no tema religioso em si, mas no seu conteúdo bíblico. Seu Cristo é vivo e, por isso, ao olharmos para Ele, sentimos que nos interroga.

Rembrandt é, acima de tudo, um “*servo das Escrituras*”. Procurou mais interpretá-la do que explorá-la simplesmente, para encontrar temas para seus trabalhos.

Enquanto os pintores católicos seguiam os temas que faziam parte do acervo oficial, seguindo a tradição da igreja na escolha do que pintar, Rembrandt se envolveu com as histórias que pintou, descobrindo novas verdades de fé.

Assim, foi considerado um pintor herege. Mas ninguém, como ele, foi inspirado a buscar as verdadeiras riquezas da Bíblia. Também é por isso que o título de pintor da Bíblia faz justiça à mensagem das Escrituras.

Ao contrário de outros, ele percorreu a Bíblia do começo ao fim, pintando-a em detalhes, do modo como a sentiu. Não quis pintar tudo, nem os lugares clássicos, mas as coisas que ouviu e entendeu. Por sempre enxergar novas facetas nos relatos, se aplicou em repetir temas, sempre de uma maneira original, retratando um novo detalhe, percebido pelos olhos da fé. Queria que o evangelho falasse por si. Pintava bastante e de forma indireta, quase que insinuando. Assim, para retratar o encontro com Cristo e a comunhão com ele, pintou o episódio de Emaús 18 vezes, e não considerou demais retratar as histórias do pai da fé 31 vezes.

Na velhice, ele viveu com sua Bíblia, praticamente o único bem que lhe restou. Ela lhe deu esperanças, sustento no abandono e certeza na salvação. Pintou-a até o fim. Com “*A Volta do Filho Pródigo*”, ele retratou a sua própria história. Dos inúmeros auto-retratos que produziu, o apóstolo Paulo com as Escrituras nas mãos foi o que ele considerou mais adequado para, neste final, espelhar sua vida interior.

Ao morrer, aos 63 anos, estava pintando seu último quadro, que tinha muito a ver com a sua experiência: “*Agora, Senhor, podes despedir em paz o teu servo, segundo a tua palavra*” (Lc 2.29).



O Rev. Eduardo Galasso Faria é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil e professor do Seminário Teológico de São Paulo

Rev. Audenir Almeida Cristófano

Não há, em nenhum lugar do planeta, um cristão que não creia que, através do sacrifício da cruz, Jesus Cristo morreu por nós para que pudéssemos merecer a redenção, a remissão dos nossos pecados (cf. Cl 1.14). Foi assim que nos tornamos co-herdeiros da graça misericordiosa de Deus e da plenitude da salvação. Entretanto, nada podemos falar a respeito da crucificação de Cristo, se não falarmos da cruz e do que ela representa para nós.

Porém, como discorrer sobre algo tão singular, se não vivemos a experiência de Jesus? Afinal, temos como certo que, quando falamos sobre um evento que já vivemos pessoalmente, o fazemos com maior autoridade, pois não estamos apenas teorizando. Portanto, querer entender a real dimensão do episódio da crucificação de nosso Senhor Jesus Cristo é um ato realmente complexo, pois, falamos, refletimos e discutimos a respeito do que não experimentamos, em nenhum momento de nossa vida. É semelhante a afirmarmos que entendemos a dor da perda de uma pessoa amada, sem que nunca termos vivido tal experiência.

Mesmo assim, pretendemos discorrer sobre o que, realmente, aconteceu no Gólgota. Exatamente naquele momento e naquele lugar, *Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação* (2 Co 5.19). Estamos diante de um episódio tão expressivo para a humanidade, que somente o Filho de Deus poderia vivê-lo em nosso lugar.

É preciso, pois, que nos coloquemos diante da cruz, com reverência e em atitude de profunda reflexão, buscando compreensão por meio da ação do Espírito de Deus em nós.

O significado da cruz

A cruz é o símbolo do Cristianismo. Em qualquer lugar do mundo, quando nos deparamos com a figura de uma cruz, sabemos que encontramos um cristão ou uma instituição cristã. Nos primeiros tempos da Igreja Cristã, evitava-se utilizar tal símbolo devido à sistemática perseguição exercida contra os seguidores de Cristo. Tanto é que, nas catacumbas de Roma, onde se escondiam e se reuniam os primeiros cristãos, a figura de um *peixe* era utilizada para identificar os locais de reuniões. Era um recurso para despistar os perseguidores.

Mas um emblema cristão tem que ter uma relação direta com a pessoa de Jesus Cristo e nada esteve tão intimamente ligado a Ele como a cruz. Sim, a cruz, sinônimo de vergonha e humilhação para os contemporâneos de Jesus. Porém, foi a partir da cruz, onde o Filho de Deus feito homem foi pregado e morto, que o milagre da ressurreição se manifestou; foi a partir da cruz que a remissão dos nossos pecados foi consumada.

A cruz tornou-se, assim, um ponto de referência para todos os cristãos. Nela, Jesus derramou o seu precioso sangue; nela, buscamos inspiração constante; ela nos lembra, a cada instante, o sacrifício vicário de nosso Senhor Jesus Cristo; é através dela que vemos desenrolar-se diante dos nossos olhos todo o episódio que mudou o rumo de nossas vidas e que nos outorgou o mérito de sermos considerados cidadãos dos céus. O apóstolo Pedro nos lembra, no início de sua primeira Carta, que todo cristão foi resgatado não pelo pagamento efetuado com “*prata ou ouro..., mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo..*” (1 Pe 1.18-19).

O relato bíblico da crucificação de Jesus

Às vezes questionamos ou ouvimos alguém perguntar: *por que Jesus teve que padecer uma morte tão horrível como aquela? Como tudo isso pôde acontecer?*

Os evangelhos nos passam todas as informações de que necessitamos para responder a estas questões. Eles nos falam que Jesus foi entregue pelos judeus nas mãos dos romanos como se fosse um preso político, acusado de querer subverter a ordem vigente. Tanto é que, quando Pilatos lhe pergunta: *És tu o rei dos judeus?*, Jesus respondeu: *Tu o dizes* (cf. Mc 15.2). Em Jesus, os romanos viam uma possível ame-



A subida da cruz(1633)

aça, pois poderia suscitar entre o povo o acirramento da intolerância frente à ocupação romana. Por tudo isso, no conceito deles, romanos, Jesus precisava ser eliminado.

Os evangelhos nos dizem também que, diante das acusações dos judeus, Jesus se mantém em silêncio, mudo como o servo sofredor de que nos fala o profeta Isaías: *Não clamará, nem gritará, nem fará ouvir a sua voz na praça* (42.2). Sua resposta a Pilatos, segundo Marcos, é bastante resumida. Porém, João nos descreve a afirmação de Jesus de que o seu reino não era deste mundo; se assim fosse, os seus “soldados” já teriam tomado providências para libertá-lo. De fato, Jesus não

clamou nem gritou, apenas se limitou a dar respostas às perguntas que lhe foram feitas.

A princípio, ficamos perplexos diante da má vontade de Pilatos em condenar Jesus, mas o que nos parece é que o silêncio cheio de dignidade de Jesus deve ter causado uma boa impressão no governador, o qual, só com certa relutância, se dobra diante da exigência dos judeus. Ele ainda tenta encontrar um meio de libertar Jesus, aproveitando o costume de todos os anos quando, por ocasião das festividades da Páscoa, o governador libertava um preso, a pedido do povo. Mas nem isso propiciou a libertação de Jesus. O povo judeu preferiu que Barrabás fosse libertado. Diante da manifestação do povo, Pilatos não teve outra alternativa senão entregá-lo para que fosse crucificado (cf. Jo 19.16).

Uma vez na cruz, Jesus foi insultado e, sobre sua cabeça, foi pregado um cartaz: Jesus Nazareno, o Rei dos Judeus. Nos momentos seguintes, enfraquecido pelas violências sofridas, Jesus expressou suas últimas palavras como humano: *Está consumado*. Inclinando sua cabeça, *rendeu o espírito* (cf. Jo 19.30).

Não basta apenas olhar para a cruz

Não é fácil olhar para a cruz de Cristo, a partir da exata compreensão do que realmente nela ocorreu, há quase dois mil anos passados, e, principalmente, do que ela representa na vida de qualquer cristão. A cruz nos passa uma visão de martírio e sofrimento, mas, em contrapartida, nos proporciona uma sensação de paz e esperança, uma certeza de que a salvação nos é ofertada e de que o preço dessa redenção já foi pago com sangue derramado por Jesus. No entanto, diante deste paradoxo de sofrimento e paz, de morte e esperança da vida eterna, o verdadeiro cristão percebe um apelo de compromisso e responsabilidade. Por isso, afirmamos que não basta apenas olhar para a cruz, não basta apenas querer estar ao pé da cruz ou ao lado dela. É preciso ter a coragem de se crucificar nela também.

Mas o que significa este “*crucificar-se nela*” senão viver, realmente, todos os dias aquilo que ela representa? A crucificação de Cristo apela para que pautemos por uma vida de amor e compaixão, de compreensão e perdão, de solidariedade e comunhão com os nossos irmãos. A cruz de Jesus nos lembra que devemos estar sempre atentos, para que não nos tornemos presas do “inimigo”. Foi por isso que, no Getsêmani,

instantes antes da sua paixão, Ele recomendou aos seus discípulos: *Vigiai e orai, para que não entreis em tentação...* (Mt 26.41a).

Muitas igrejas têm sido tentadas a esquecer esta recomendação de Jesus. Às vezes, têm sentido uma propensão muito grande para o adormecimento, ignorando os gritos de socorro de um mundo que se encontra envolvido pela miséria, pela violência, pela corrupção; um mundo que ignora a Palavra de Deus e que desconhece o único e suficiente salvador - Jesus Cristo, nosso Senhor. Temos nos esquecido de que é preciso pedir perdão ao nosso irmão e também saber perdá-lo; de que precisamos estender nossa mão àqueles que necessitam de nossa ajuda material e/ou espiritual; de que precisamos realmente participar da vida da Igreja de Cristo, pois nós somos a sua igreja; de que precisamos perceber que a graça misericordiosa de Deus nos é derramada copiosamente todos os dias e nele confiar.

Conclusão

A crucificação de nosso Senhor Jesus Cristo e, conseqüentemente, a sua cruz têm expressiva influência na vida de cada cristão. A crucificação representa para nós a promessa da salvação e nos aponta para a responsabilidade de testemunharmos o sacrifício de Jesus, através da proclamação do seu evangelho a toda criatura. Porém, é bom que se afirme que esse testemunho só será dado, realmente, mediante o viver integral da Palavra de Deus. Não basta repeti-la depois de gravada em nossa mente. É necessário que a façamos descer ao nosso coração, de forma que a transformação se inicie em nós.

Nunca pudemos nos esquecer das palavras que lemos na obra de um célebre escritor cristão: *todo aquele que quer pregar a cruz de Cristo tem que, antes, crucificar-se nela*. O que tais palavras querem nos dizer? Querem dizer que temos de viver aquilo que pregamos. Só assim nos aproximaremos um pouco do real significado dessa cruz. Todo crente canta “*Quero estar ao pé da cruz*” e afirma que quer estar ao lado da cruz. Quantos estão dispostos a se colocar exatamente no lugar em que Jesus estava - crucificado com Cristo?



O Rev. Audenir Almeida Cristóvão é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil, pastor da IPI de Astorga, PR, professor e tesoureiro do Seminário Teológico Rev. Antônio de Godoy Sobrinho, em Londrina, PR

Rev. Áureo Rodrigues de Oliveira

Introdução

A cruz é a mensagem central do evangelho e sempre representou um tropeço e escândalo, não somente para judeus, mas também para gregos e seus modernos descendentes. Para o apóstolo Paulo, a cruz é a chave de compreensão da obra de Cristo e, por isso mesmo, o centro da sua teologia.¹ Lutero, de igual modo, enfatizou que a verdadeira teologia é a teologia da cruz. Somente através da cruz é que Deus pode ser conhecido. Lutero não estava pensando especificamente na doutrina da expiação, mas na cruz em modo mais abrangente que, inclusive, determinava o modo de se fazer teologia e viver a fé cristã. Em vários momentos da história da igreja, a teologia da cruz foi substituída por uma teologia da glória, um triunfalismo que trouxe conseqüências funestas para a igreja. A Reforma, segundo Emil Brunner, foi a dura batalha pela correta interpretação da cruz, porque somente quem entende a cruz, pode entender a Bíblia e Jesus Cristo.²

1. Revendo algumas respostas históricas.

A pergunta “por que morreu Jesus?” se impôs desde os primórdios da igreja. Os primeiros discípulos não conseguiam ver o Senhor ressurreto simplesmente como uma vítima da intolerância judaica ou do império romano. Brunner sugere que a afirmativa “*ele morreu segundo as Escrituras*” foi a primeira interpretação da morte de Cristo a partir de Isaías 53.³ Outras respostas se seguiram ao longo dos anos. Vejamos:

1.1) Jesus morreu como “isca” ou pagamento de um resgate. Essa era a forma de entender a morte de Jesus de alguns pais da igreja, como Inácio, segundo o qual “*o príncipe deste século foi enganado*”



A descida da cruz(1634)

*pela virgindade de Maria, pelo seu parto e pela morte do Senhor*⁴ Gregório de Nissa acrescenta a idéia de uma “isca” a qual o diabo foi atraído e engodado, ignorando o poder da divindade em Jesus que rompe as barreiras do inferno.⁵ Orígenes, tomando por base as afirmativas bíblicas (2 Co 6.20; Mt 20.28), desenvolveu a idéia de um resgate pago a Satanás que havia “seqüestrado” a humanidade. Alguns pais da igreja como Gregório de Nazianzo e João de Damasco consideraram repugnante a idéia de Deus oferecendo seu Filho a Satanás como “isca” ou “pagamento de resgate”⁶.

1.2) Jesus morreu como nosso exemplo. Fausto Socino (século XVI) e seus seguidores, tomando por base os textos de 1 Pd 2.21 e 1 Jo 2.6, insistiam que a morte de Cristo não tinha um caráter substitutivo ou expressão da justiça divina, mas apenas paradigmático. Jesus morreria como ilustração ou exemplo de alguém que se dispusera a obedecer a Deus levando seus princípios às últimas conseqüências, ao qual devemos imitar, levando-se em conta a capacidade humana para vencer o pecado (pelagianismo). Brunner nos lembra que essa concepção tende a colocar a morte de Jesus na mesma categoria de outros mártires de causa, onde o sentido ético-religioso ou político de fidelidade a uma vocação ou causa justificariam tal entrega. A única diferença, no caso, seria de grau, não de princípio. Jesus ilustraria de modo supremo e mais elevado esse tipo de entrega. Tais expressões de amor seriam ainda reflexos do amor divino manifestados no e pelo ser humano. Qualquer consideração da morte de Cristo como algo necessário e indispensável feito por Deus em prol da humanidade não é levado em conta, finaliza Brunner.⁷

1.3) Jesus morreu como demonstração do amor de Deus. Essa concepção também chamada de “influência moral” foi exposta por Pedro Abelardo (1079-1142), principalmente como objeção a Anselmo. A razão fundamental da cruz estava na demonstração do amor divino que deseja vencer a resistência humana conduzindo ao arrependimento. Não havia, portanto, uma ira ou justiça divina que exigisse alguma forma de pagamento ou reparação. Alguns teólogos posteriores, principalmente do liberalismo, afirmavam ser a culpa um sentimento ilusório, falso. A única separação de fato entre o ser humano e o Criador seria ilusória. Reconciliação seria a remoção do equívoco sobre Deus. Além do mais, Deus poderia alterar livremente suas leis e exigências,

sem que necessariamente houvesse um sacrifício expiatório. Horace Bushnell entendia que a morte de Cristo supria três necessidades básicas do ser humano: a) remover o medo humano infundado de Deus; b) produzir arrependimento; c) proporcionar uma nova compreensão de um Deus que sofre com e pelo ser humano.⁸

É sabido que vários liberais que endossaram a tese de Abelardo tinham notórias dificuldades com a doutrina da divindade de Cristo. A cruz, portanto, foi racionalizada; seu mistério e escândalo foram atenuados. Modernamente, em alguns círculos, onde a agenda do diálogo inter-religioso é priorizada, bate-se novamente nesta tecla: a centralidade da cruz e seu escândalo são deslocados para um plano secundário, metafórico ou, no mínimo, designados apenas como “paradoxos do milagre do amor”.

1.4) Jesus morreu como pagamento ou satisfação à honra divina ferida pelo pecado humano. Anselmo de Cantuária (1033-1109) foi o maior expositor desta interpretação, porém, Agostinho já reconhecia que a natureza divina exigia a expiação. Anselmo, provavelmente influenciado pelo feudalismo, assemelhava Deus a um senhor feudal que, tendo sua honra ofendida, exigia as devidas reparações.⁹ Pecado, nessa perspectiva, era a falha em render a honra devida a Deus. Diante dele, Deus não poderia ficar indiferente ou mesmo perdoar sem punir. A reparação se impunha. Deus não podia fazer de modo diferente. Desse modo, Deus teria ou de punir o pecador ou providenciar uma forma de satisfação penal. Considerada a natureza do pecado humano e a conseqüente incapacidade de render a satisfação adequada, somente alguém como Cristo podia suprir essa exigência divina.

Em que pese as várias objeções levantadas a Anselmo, não se pode negar que ele leva o pecado humano e suas conseqüências profundamente a sério. Abelardo o contestava, alegando que esse Deus era cruel e mau ao requerer o sangue de um inocente como preço pela reparação. Brunner questionava a afirmativa de que Deus não podia fazer de outro modo.¹⁰ Calvino e outros reformadores, embora adotassem em parte a interpretação de Anselmo, preferiram dizer que Deus, na sua soberania e liberdade, assim o fez por ter sido a melhor maneira, mas, não necessariamente, uma imposição diante da qual Deus não tivesse alternativa.

2. Focalizando algumas perspectivas bíblicas

Vários fatores bíblicos não podem ser esquecidos quando se trata da doutrina da expiação.

2.1) A natureza de Deus em sua santidade. O testemunho bíblico é inequívoco: Deus é amor, misericórdia, mas também santo e justo. Essa mensagem permeia as Escrituras e não pode ser negligenciada. A lei, como expressão da vontade divina e do seu ser, não só aponta a forma do relacionamento com Deus como também suas exigências, as quais não foram revogadas e responsabilizam, claramente, o ser humano pelo seu pecado (Gn 2.15-17; Ez 18.20; Rm 6.23; Gl 6.8).

2.2) Do outro lado, o testemunho bíblico a respeito do ser humano é inequívoco: na sua condição pecaminosa, é incapaz de atender aos requisitos da lei e responder a Deus em obediência. Não há apenas depravação (incapacidade de praticar a justiça e inclinação para o mal), mas também culpa e medo. Nessa condição, o ser humano nada pode fazer por si mesmo. Entregue a si mesmo, só lhe resta a condenação.

3.3) Entre estas duas situações extremas, temos a pessoa de Cristo que, em sua dupla natureza, realiza a obra da expiação. Como Deus, Ele pode suportar o peso da condenação e vencer a morte. Na sua plena humanidade, pode ser nosso substituto na cruz. Seu sacrifício não pode ser deslocado do contexto dos sacrifícios do Antigo Testamento, dos quais é a realização plena, perfeita e definitiva.

3. Sumarizando nossas convicções

Como se pôde observar, as respostas históricas à pergunta “por que morreu Jesus?” têm limitações e dificuldades, embora todas tenham elementos fundamentais: resgate, satisfação penal, demonstração do amor divino e exemplo a ser seguido. Podemos afirmar, a título de conclusão, que:

3.1) Jesus morreu sacrificialmente. A epístola aos Hebreus nesse sentido é eloqüente e Paulo, na epístola aos Romanos, usa três termos (cap.3) para explicar o propósito da expiação. Primeiramente o verbo justificar (3.24). Deus é justo, não em um sentido estático, como a princípio entendia e se atormentava Lutero com esta idéia, mas justo em um sentido dinâmico, onde Ele estende e aplica sua justiça graciosamente mediante a fé. Em segundo lugar, o termo redenção ou resgate (3.24), frequentemente usado nas situações onde o escravo ou prísio-

neiro eram libertados através do pagamento de um resgate. Paulo vincula a libertação ao resgate ou redenção efetuada por Cristo. O pecado, como força que aprisiona a humanidade, somente pode ser vencido pela obra de Cristo. O terceiro termo utilizado por Paulo é expiação ou propiciação (3.25). A expiação traz a idéia de limpeza, purificação ou ainda a cobertura dos pecados. O termo propiciação traz a idéia de aplacar a ira de Deus. Deus, na sua justiça, requer a condenação, porém, em seu amor, providencia a salvação para os que crêm.

3.2) Jesus morreu substitutivamente. Várias passagens bíblicas enfatizam esse aspecto (2 Co 5.21; Gl 3.13; 1 Pd 2.24). Ele tomou o nosso lugar, ele levou sobre si, ele carregou nossos pecados - todas são expressões que descrevem a natureza da sua morte. Sendo Deus, somente Ele poderia enfrentar a morte, sem ser tragado por ela. Sendo humano, pôde levar sobre si nosso castigo.

3.3) Jesus morreu para efetuar a reconciliação. A inimizade entre o ser humano e Deus é removida na cruz. O perdão obtido na cruz jamais poderia ser uma conquista humana. Ali, Deus nos mostra quão sério é o pecado, quão elevada é a sua justiça e, ao mesmo tempo, oferece-nos reconciliação. A cruz revela não somente o Deus Redentor, mas também onde estamos e o que somos, e, ali, Ele nos estende a mão. Na fraqueza e escândalo da cruz se manifestam a sabedoria e o poder de Deus.



O Rev. Áureo Rodrigues de Oliveira é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil, pastor da 1ª IPI de Fortaleza, CE, e presidente do Seminário Teológico de Fortaleza

Notas:

- 1 Cousar, C. *A Theology of the Cross*. Minneapolis: Fortress, 1990. p 8
- 2 Brunner, Emil. *The Mediator*. Philadelphia: Westminster, 1957. Pp 435,36
- 3 Brunner, Emil. *The Christian Doctrine of Creation and Redemption*. Philadelphia: Westminster, 1952, p 283
- 4 Bettenson, H. *Documentos da Igreja Cristã*. S.Paulo: ASTE, 1998. p.76
- 5 Ibid.
- 6 Erickson, M. *Christian Theology*. G.Rapids: Baker, 1985, p.795
- 7 Brunner. *The Mediator*. p.439
- 8 Erickson, op.cit. pp 787,88
- 9 Idem, p.797
- 10 Brunner. *The Christian Doctrine of Creation and Redemption*, pp 289,290

Rev. Silas de Oliveira

Todos nós temos os nossos símbolos prediletos e extremamente pessoais. Fazem parte da nossa vida e podem estar expressos através de pequenas coisas que demonstram nosso modo de vida, costumes e cultura.

No meio cristão, as coisas não são diferentes. Ao longo da história da igreja, símbolos foram criados como forma de preservação e expansão do evangelho entre os povos. Entre tantos, temos a cruz. Ela estava presente na história da humanidade, sendo reservada aos escravos e àqueles considerados bandidos e criminosos da época. Não era bem vista, pois era utilizada como pena capital a todos os que não conseguiam viver dignamente em sociedade, segundo as leis do seu tempo.

Essa pena capital teve seu ápice no ministério de Cristo, pois ele foi levado à cruz. Esse símbolo máximo do cristianismo faz parte do nosso dia-a-dia como cristãos e das nossas considerações a respeito da fé. O apóstolo Paulo, convicto da necessidade de pregar o Cristo que passou pela cruz, declarou à comunidade de Corinto que *“certamente a palavra da cruz é loucura para os que se perdem, mas para nós, que somos salvos, poder de Deus”* (1 Co 1.18).

Vale a pena considerar alguns aspectos interessantes que contribuem para o grande significado da cruz entre nós.

1. Redenção

Enviando Cristo ao mundo, Deus colocou em prática seu projeto de reconciliação da humanidade. Após a queda do ser humano, narrada em Gênesis 3, Deus mesmo assumiu a missão de resgatá-lo, através de algo que, ao ser humano, seria impossível. Somente alguém sem a marca do pecado poderia realizar o projeto de reconciliação. Para tanto, era necessária a presença física de Deus entre nós. Aliás, presença física, somada ao calor humano, produz uma maior segurança e esperança, questões básicas transmitidas por Cristo àqueles que o seguiam.

No tempo devido, nasceu entre nós o próprio Deus, com uma missão específica - redimir a humanidade, reconciliando com o Pai. O apóstolo João narrou esse acontecimento dizendo que o “*verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai*” (Jo 1.14).

Seria impossível qualquer ato redentor sem habitação entre nós. Jó, em um dos muitos momentos críticos de sua vida, exclamou: “*Eu sei que o meu Redentor vive, e por fim se levantará sobre a terra*” (Jó 19.25). A palavra hebraica “goel” (“reivindicar como seu”) que, em nossa língua, usamos como Redentor, tinha, no Antigo Testamento, uma conotação jurídica, segundo a qual alguém, que era levado como escravo, poderia ser resgatado por um dos parentes, mediante o devido pagamento da dívida. A narrativa de Levítico 25 é bastante esclarecedora quanto a essa questão.

No sentido do Novo Testamento, Deus, em Cristo, nos resgatou através do sacrifício realizado na cruz. No tempo devido, Cristo se levanta como o grande Redentor da humanidade, reivindicando-nos para si mesmo, assumindo novas dívidas, pagando-as e dando-nos a possibilidade de uma nova vida.

Pensar no significado da cruz como ato de redenção da humanidade é perceber o quanto Deus deu prova do seu “*próprio amor nós, pelo fato de ter Cristo morrido, sendo nós ainda pecadores*” (Rm 5.8).

2. Justificação

Após o ato de redenção efetuado por Cristo, o ensino bíblico nos mostra a grande paixão de Deus pela humanidade, proporcionando o privilégio da justificação. Em Romanos 5.1, Paulo deixa claro que todo processo de justificação acontece mediante a fé, que produz a paz de Cristo às mentes e corações até então totalmente poluídos pelo pecado.

Justificação nada mais é do que a justiça de Deus sendo inserida em nós, dando-nos a forma correta de nos comportarmos diante da sociedade e do próprio Deus. Em outras palavras, recebemos aprovação divina, baseada em princípios morais e éticos que ajudam na construção do seu Reino. Nosso comportamento não mais é regido pelas leis humanas, mas pela graça de Deus, que nos trouxe de volta à vida.

Quando pensamos que justificação pela fé é uma das marcas da Reforma Protestante do século XVI, percebemos o quanto nossos líde-

res do passado se preocuparam em enfatizar tão rica doutrina cristã, que nos aproxima um do outro e ambos de Deus. Justificados em Cristo, somos chamados à proclamação do evangelho, que anuncia a cruz vazia, como símbolo da vitória de Deus sobre a morte.

Toda alegria da salvação pela justificação em Cristo é resultado da incontrolável graça de Deus, que aniquila o pecado e nos proporciona a adoção de filhos. Não somos mais simplesmente criaturas escravas do pecado, mas filhos que reconhecem a paternidade de Deus e procuram viver segundo a sua vontade. Portanto, anunciar a mensagem da cruz é anunciar que somos justificados para que tomemos a nossa cruz e sigamos àquele que derrotou a própria morte (1 Co 15.55-58).

3. Discipulado

Enquanto caminhava em direção a Jerusalém, em diversos momentos, o Mestre desafiou os seus seguidores a uma tomada de posição. Mateus relata a preocupação de Jesus, narrando que, em certo momento, o Mestre voltou-se para os seus discípulos dizendo: *“Se alguém quer vir após mim a si mesmo se segue, tome a sua cruz e siga-me”* (Mt 16.24).

A atitude de Cristo talvez tenha assustado alguns dos seus seguidores, porém foi determinante para dizer o quanto anunciar o Reino de Deus exige compromisso daqueles que se apresentam como discípulos de Cristo. Aliás, não existe discípulo verdadeiro se o mesmo não se comprometer a tomar a sua cruz. Ela está representada na forma de envolvimento com os princípios e valores do Reino que nortearam a pregação de Cristo e nos desafiam às novas aventuras de fé.

Bonhoeffer, famoso teólogo do século passado, morto pelas mãos de Hitler durante a Segunda Grande Guerra, comentando a expressão acima afirma que: *“Jesus, na sua graça, preparou os discípulos para o impacto destas palavras, ministrando-lhes antes o ensino da auto-negação. Só após termos esquecido real e totalmente a nós próprios, somente após não nos conhecermos mais a nós mesmos, é que poderemos estar prontos a levar a cruz por amor a ele...A cruz não é desventura nem pesado destino; é o sofrimento que advém em resultado da união com Cristo. A cruz não é sofrimento ocasional, mas sofrimento necessário...Ela já está preparada, falta apenas levá-la...Cada qual tem que suportar a medida de sofrimento e rejeição que lhe é reservada...No entanto a cruz é uma só”* (Discipulado, páginas 43 e 44).

Convictos da nossa responsabilidade de carregar a cruz, somos



A colocação no túmulo (1639)

levados a concluir que, quando não o fazemos, envergonhamos a Cristo e enfatizamos o escândalo do evangelho entre homens e mulheres do nosso tempo.

Portanto, pregar a respeito da cruz é uma oportunidade de demonstração do quanto somos discípulos comprometidos com o Deus que por ela passou.

4. Comunhão

O clímax da mensagem da cruz acontece na Comunhão. O resultado disso pode ser visto e analisado através da Mesa da Eucaristia. Na cruz, Deus reconciliou consigo o mundo e ofereceu a todos um convite à Comunhão.

Quando cantamos em nossas igrejas hinos que falam da cruz, estamos proclamando a idéia viva da vitória eterna de Deus sobre a morte e o pecado. Por outro lado, evangelho da cruz que não gera comunhão é evangelho que não tem a marca do sofrimento de Cristo que doou-se em favor de todos nós.

A comunidade cristã, que sente o quão importante é o símbolo da

cruz na vida, busca, ao redor da Mesa, o selo da verdadeira comunhão. Bonhoeffer, citado acima, em seu livro *Vida em Comunhão*, declara que “a comunhão da mesa dos cristãos compromete. O pão que comemos é nosso pão de cada dia, e não o meu próprio. O pão que repartimos é nosso. Desse modo estamos unidos não apenas no Espírito, mas inclusive com todo ser físico. Esse pão dado à comunidade prende-nos uns aos outros com forte laço. Já agora ninguém poderá passar fome enquanto o outro tem pão, e quem destrói essa comunhão corporal também arruína a comunhão do Espírito” (página 46).

O compromisso com o Deus que passou pela cruz deve-nos levar constantemente à Mesa do Senhor, como sinônimo das nossas demonstrações de fé, esperança e amor. Na Mesa somos transparentes e declaramos, perante Deus e o próximo, qual é o nosso compromisso com a cruz, que por Ele nos é oferecida. Na Mesa renovamos a esperança no Reino, e nos fortalecemos, através do Espírito, no sentido de pregarmos o evangelho que salva através de Deus, que foi humilhado e que teve a coragem de levar sobre si todas as nossas enfermidades (Is 53.4). Na cruz do Calvário, Deus atraiu, através de Cristo, toda a humanidade aos seus pés.

Conclusão

Dissemos, no início, que a cruz é um dos grandes símbolos do cristianismo. Sua força passa pela reflexão em torno de alguns questionamentos que, como comunidade de fé, em tempo de Páscoa, precisamos fazer.

Como podemos viver, comunitariamente, o grande ato de Deus que, em Cristo, nos resgatou das trevas para sua luz? Como, através da fé, temos presenciado a justificação de Deus em nossa vida e na vida dos nossos semelhantes? Qual deve ser nossa posição como discípulos de Cristo, frente às mais diversas pregações existentes a respeito da cruz em nossos dias?

Que sejamos portadores da mensagem da cruz entre aqueles que ainda não conseguiram entender que a mesma está vazia. Com isso proclamaremos o evangelho do Reino, que produz comunhão entre os santos através da vitória de Cristo sobre a morte, e sinalizaremos ao mundo que, na cruz, temos o “sim” de Deus a toda a humanidade.



O Rev. Silas de Oliveira é ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil e presidente do Seminário Teológico Rev. Antônio de Godoy Sobrinho, em Londrina, PR

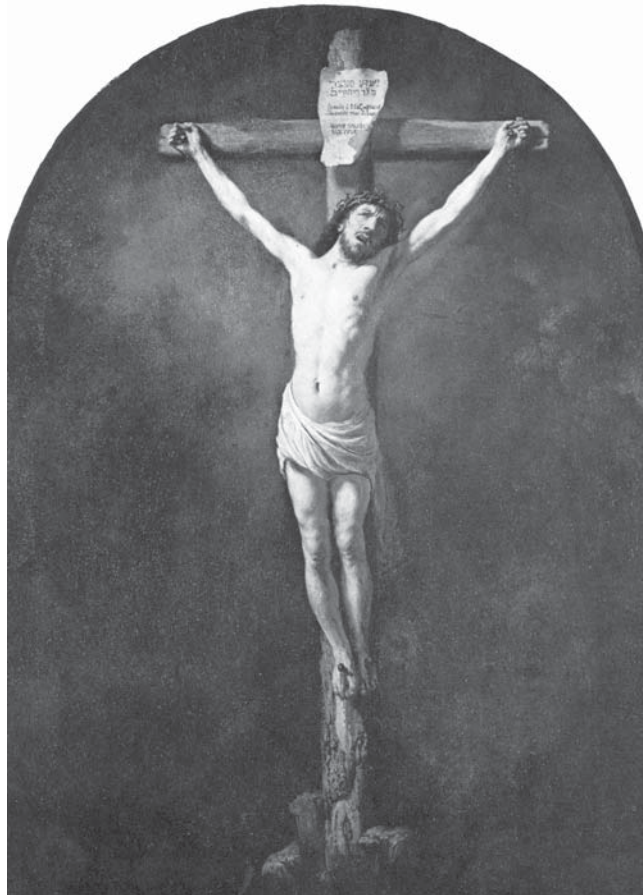
Rev. Paulo de Góes

A forma do Crucificado é a Trindade
(J. Moltmann)

A doutrina da Trindade, embora sempre tenha sido considerada fundamental para o discurso cristão - da Patrística a nossos dias - nem sempre foi bem entendida. Por isso mesmo, em nossas igrejas, ou o tema é evitado ou é tratado com superficialidade, sempre com a justificativa de que se trata de algo a ser aceito exclusivamente pela fé. Por outro lado, as tentativas de abordagem teórica esbarram nos limites de ordem racional e, por isso mesmo, se revestem de determinados direcionamentos que, embora interessantes, deixam de lado o enfoque central. Dois exemplos podem esclarecer estas considerações iniciais.

O primeiro é o de Santo Agostinho¹. Numa obra denominada *Sobre a Trindade (De Trinitate)*, que exigiu sua atenção por cerca de 20 anos e resultou num tratado cuja edição crítica aproxima-se de 600 páginas, na impossibilidade de uma abordagem racional, recorreu à analogia. Depois de apontar similitudes trinitárias no ser em geral (o Pai é o que consta, o Filho, o que é discernido, e o Espírito, o que é congruente), volta-se para a alma humana, apontando sempre uma tríplice dimensão. Diz o autor, o amor exige o amante e o amado (VIII, X, 14)². Em nossa alma existe a memória, a inteligência e a vontade (X, XI, 17). Na observação, existe a coisa a ser observada (*res*), a visão que dela se tem (*visio*) e a intenção (*intentio*) pela qual se vê (XI, II, 2), etc.

Outro exemplo é o de Leonardo Boff³ que viu na doutrina da Trindade o maior exemplo de comunhão e solidariedade e aplicou-o como exigência de uma sociedade que deve caminhar para um processo de libertação. Assim como as três pessoas da Trindade estabelecem entre si uma constante relação harmônica, sem conflito ou sobreposição, assim deve ser a sociedade libertadora: sem a preeminência do maior



Cristo na Cruz (1631)

sobre o maior; sem a exploração do mais fraco pelo mais forte, etc.

Além disso, na antigüidade tardia, o cristianismo confrontou-se com o judaísmo, que não aceita a doutrina da Trindade e, na Idade Média, com o islamismo, enfatizando seu monoteísmo que não tem lugar para uma dimensão trinitária. Nos tempos modernos, algumas seitas, como os Testemunhas de Jeová, combatem vigorosamente a Trindade. Isso sem esquecer determinadas omissões dentro da própria teologia cristã, como a doutrina da criação, na qual se destaca Deus como único criador, e a doutrina da graça, que tende para um enfoque monoteísta, não trinitário ou, então, cristológico.

Tendo em vista tais dificuldades, não queremos chamar para nós a

responsabilidade de resolver o impasse. Nossa intenção é deixar claro que, talvez por uma compreensão inadequada da referida doutrina, criamos formas distorcidas de se compreender o drama da cruz. A tendência mais corrente é a de se construir um quadro em que o Pai, praticamente impotente, contempla à distância o sofrimento do Filho, por ele predeterminado na efetivação da salvação.

Algumas tendências cristológicas são responsáveis por essa visão, especialmente aquela decorrente da interpretação do hino cristológico de Filipenses 2.5-11, com especial ênfase para o v. 7: “...antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tomando-se em semelhança de homens”. Como conseqüência disso, surgiu uma cristologia *kenótica* (ênfaticamente o esvaziamento) e um quadro popular bastante comum, bem a gosto dos pregadores entusiastas: no momento da redenção, Jesus Cristo tornou-se repelente diante do Pai, uma vez que estava levando o pecado de todos nós e, com o isso, o Pai (sempre santo) afastou-se do Filho conspurcado pelos nossos pecados.

Daí a pergunta: é possível ver a Trindade na cruz? E, aproveitando o enfoque de Boff, é possível ver na cruz um ato de solidariedade na Trindade ou apenas um quadro que enfatiza o abandono do Pai, ocasionando a inevitável separação entre a primeira e a segunda pessoa?

Acreditamos, preliminarmente, que é preciso ver no drama da salvação o aspecto da *entrega*. É o Pai que *entrega* o Filho para morrer pelos nossos pecados. O próprio Cristo, conforme a narrativa do Evangelho de Marcos, com referência ao drama da paixão, vive sob o signo da *entrega*. Judas *entrega* o Mestre às autoridades (14.10). O Sinédrio, uma vez reunido, o *entrega* a Pilatos (15.1). Este, embora convicto da inocência de Jesus, cede à pressão da multidão e, após açoitá-lo, o *entrega* para que fosse crucificado (15.15). Lucas coloca nos lábios de Cristo a oração do Sl.31.5: “Nas tuas mãos entrego o meu espírito”. E João é explícito ao fazer esta descrição: “Quando pois Jesus tomou o vinagre, disse: Está consumado. E, inclinando a cabeça, entregou o espírito” (19.1).

Paulo recorda esse fato em alguns de seus escritos: “...logo, já não sou eu quem vivo, mas Cristo vive em mim; e esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim” (Gl 2.20; cf. ainda 1 Tm 2.6 e Tt 2.14). Não menos significativa é a expressão do autor da carta aos Efésios:

“...e andai em amor como também Cristo vos amou, e se *entregou* a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus em aroma suave” (5.2).

Disso se infere não uma separação entre as duas pessoas e, sim, uma unidade de propósito, começando com o Pai, que entrega o Filho para a consumação da obra da redenção, até o Filho que, obedientemente, sofre os percalços da sua missão, até *entregar-se* definitivamente nas mãos do Pai. O drama da cruz nos oferece, portanto, uma visão trinitária: o Filho que se *entrega*, Pai que o *entrega* e o Espírito que, *entregue* pelo Filho, é *acolhido* pelo Pai. Tudo isso dentro de um conjunto de atos voluntários, como bem sugere o verbo *entregar*, em nossa língua. Ou seja, a *entrega* que o Filho faz de si mesmo corresponde à *entrega* do Pai, conforme o passivo divino: “...porque ensinava os seus discípulos e lhes dizia: o Filho do homem será *entregue* nas mãos dos homens, e o matarão...” (Mc 9.31). É nessa *entrega* que o Pai faz do próprio Filho que vemos a profundidade do amor divino pelos homens (Cf. 1 Jo 4.10; Rm 5.6-11).

Contudo, devemos entender que o sofrimento do Filho crucificado como dom e oblação corresponde ao sofrimento do Pai, como bem assinala o apóstolo Paulo: “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo” (2 Co 5.19). O Pai não é carrasco legalista que, para não retroceder em seus designios, castiga o Filho. Antes, o Pai sofre com o Filho, assim como Abraão, no passado, certamente muito sofreu quando lhe foi pedido o sacrifício de Isaque (Gn 22.1-19).

E, quanto ao Espírito, lembremo-nos de que aquele que sofreu na cruz é o ungido do Pai (At 10.38-40). Vale a pena lembrar a observação de Bruno Forte: “Sem a entrega do Espírito não apareceria a cruz em toda a sua radicalidade e evento trinitário e salvífico: se o Espírito não se deixasse entregar no silêncio da morte, com todo o abandono que esta traz consigo, a hora das trevas poderia ser tomada equivocadamente pela morte obscura de Deus...”²⁴ Ou, então, as palavras de Moltmann: “No evento da cruz se revelam as relações de Jesus, o Filho, com o Pai e vice-versa... A cruz acha-se no meio do ser trinitário de Deus, separa e une as pessoas em suas relações mútuas e as mostra concretamente”²⁵.

E, uma vez efetivada a ressurreição, ponto relevante da salvação assinalado por Paulo, podemos sintetizar a história da salvação pela evocação da Trindade, como faz o autor da carta aos Efésios: “a fim de

poderdes compreender, com todos os santos, qual é a largura e o comprimento, e a altura, e a profundidade e conhecer o amor de Cristo que excede todo o entendimento” (Ef. 3. 18-19 a).

Desse modo, tanto a alteridade como a comunhão das pessoas que compõem a Trindade cooperam para a redenção da humanidade. Ora, se há uma unidade de propósito, infere-se que a tragédia do pecado transforma-se na alegria da reconciliação; e o drama da cruz, longe de representar uma desarticulação entre as três pessoas, simboliza a unidade do Deus trino.

Isso nos ajuda compreender o próprio ministério terreno de Jesus Cristo, que não está dissociado da cruz. A comunhão sempre se manifestou entre o Pai e o Filho: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10.30). Os eventos miraculosos não podem ser vistos como obras de um milagreiro qualquer e, sim, como poderosa manifestação de Deus. A alegria de Cristo era expressa através do Espírito: “*Naquela hora exultou Jesus no Espírito Santo e exclamou: Graças te dou, ó Pai, Senhor da céu e da terra, porque ocultaste estas cousas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado*” (Lc 10.21).

Concluindo, queremos reafirmar que a morte de Jesus na cruz não é o único tema da teologia, evidentemente, mas constitui-se no ponto central de nossa salvação. Ocupando um lugar de tal natureza e importância, é indispensável que se veja nesse ato as tensões intratrinitárias e as relações de Deus, falando do Pai, do Filho e do Espírito Santo.



O Rev. Paulo de Góes é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil e pastor da 1ª IPI de Votorantim, SP. Foi, durante muitos anos, professor do Seminário Teológico de São Paulo.

¹ Para leitores menos exigentes podemos indicar a tradução publicada pela Paulus: S. Agostinho, *A Trindade*. Trad. de Agustino Belmonte. S. Paulo, Paulus, 1994, 734 p.

² Estamos adotando o critério acadêmico de citação em que primeiro número em algarismo romano se refere ao livro, o segundo, ao capítulo e o número arábico indica o parágrafo da obra.

³ Cf. Leonardo Boff, *A Trindade, a sociedade e a libertação*. Petrópolis, Vozes, 1986.

⁴ Bruno Forte, *A Trindade como história*. Ensaio sobre o Deus cristão. Trad. Alexandre Macintyre. S. Paulo: Paulinas, 1987, p. 36-37.

⁵ J. Moltmann, *El Diós crucificado. La cruz de Cristo como base y crítica de toda teología cristiana*. Trad. Severiano Talavera Tovar. Salamanca: Sigueme, 1975, p. 287.

6

Sofrimento de Cristo - Sofrimento de Deus

Rev. Uriel Silveira

O teólogo John Stott faz menção, no final de um dos capítulos do livro *A Cruz de Cristo*, de parte de uma peça de teatro chamada “*O longo silêncio*”. Por ser pertinente para esta matéria, tomo a liberdade de resumi-la assim:

No fim dos tempos, bilhões de pessoas estavam espalhadas numa grande planície perante o trono de Deus. Todas elas tinham perguntas para fazer a respeito de seus sofrimentos.

Um jovem, mostrando sua identidade do campo de concentração, um número tatuado em seu corpo, perguntou: Como pode saber Deus acerca do sofrimento?

Em um outro grupo, uma jovem sofrida, em estado de gravidez indesejada, pergunta: Por que devo sofrer?

Por toda aquela planície, havia centenas de grupos como esses e cada um tinha alguma reclamação para fazer a Deus por causa do mal e do sofrimento que Ele havia permitido ao seu mundo.

Todos eles, com seus motivos para reclamações, ponderavam entre si e imaginavam a felicidade de Deus por viver no céu, onde tudo era doçura e luz, onde não havia choro, nem medo, nem fome e nem ódio. Inconformada, decidiu aquela multidão formar um conselho de representantes para discutir o problema. Concluindo que Deus era o culpado, sentenciaram-no a suportar tudo o que eles suportaram. Decidiram, então, que Deus deveria viver na terra - como homem.

“Que ele nasça judeu. Que haja dúvida acerca da legitimidade de seu nascimento. Que lhe seja dado um trabalho difícil que, ao tentar realizá-lo, até mesmo a sua família pensará que está louco. Que seja traído por seus amigos mais íntimos. Que enfrente falsas acusações. Que seja julgado por um júri preconceituoso. Que seja torturado. Que

sofra solitariamente. Que ele morra”.

Quando terminaram de pronunciar a condenação, houve um longo silêncio. Ninguém proferiu palavras. Ninguém se moveu. Pois, de súbito, todos sabiam que Deus já havia cumprido a sua sentença.

Em maior ou menor intensidade, todos nós, homens e mulheres, fazemos parte dessa grande multidão que sofre, e com muita razão. Que o diga o mundo a respeito do brutal atentado ocorrido em Nova Iorque, em 11 de setembro ano passado. Que o diga a sociedade brasileira, em relação à violência, que tem ceifado milhares de vidas. Que o digam os cristãos, em relação à fome, à injustiça social, à discriminação, ao desemprego, enfim, a todos os tipos de problemas que vivenciamos.

O sofrimento possibilita, entre outras, três situações ao ser humano.

A primeira, uma violenta crítica direcionada a Deus, fazendo de todos nós atores de tantas novelas. O resultado tem sido a condenação de Deus, por considerá-lo culpado de tudo. Eis aí o caminho da revolta.

Outra situação criada pelo sofrimento é a resignação. Aqui, Deus não é condenado. Ele nem é levado em alta consideração. Também, não se busca nela nenhum ensino, nenhuma verdade. Por isso, dela nada se aprende e nada se aproveita. Este é o caminho da indiferença.

A terceira situação que o sofrimento humano cria é a tentativa humana de mudar a direção e a ordem das coisas e dos propósitos de Deus dando a elas uma interpretação religiosa de caráter pessoal, a partir da imaginação que tem roupagem de fé. Este é o caminho da espiritualidade triunfalista deste nosso tempo, para quem, falar no sofrimento humano é um equívoco inaceitável e falar no sofrimento de Deus, seria, então, um escândalo.

Mas há um quarto caminho, que é o da compreensão do sofrimento humano a partir da compreensão do sofrimento do Filho de Deus e, conseqüentemente, do sofrimento do próprio Deus. É por este caminho que nos levam as Sagradas Escrituras.

Pensemos no sofrimento de Jesus. Por que Jesus sofreu? Temos aprendido e temos aceitado que somos os culpados pelo sofrimento do Senhor. Entendemos que nós levamos Jesus à cruz por causa dos nossos pecados. Isso é verdade. Porém, tem mais.

Em nenhum momento na cruz ou antes da cruz, Jesus reclamou de nós. A Bíblia proclama que “Deus amou o mundo”. A grande agonia e

a profunda dor do Senhor Jesus foram expressas fazendo referência a Deus. *“Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?”* (Mateus 27.47 - Bíblia na Linguagem de Hoje). O Servo Sofredor não nos culpou naquele momento.

Não nos parece que a atitude de Jesus foi semelhante à atitude dos personagens da peça *“O Grande Silêncio”*? Sim, porque se tem a impressão de que, naquela hora, Deus não estava se importando com o sofrimento de seu próprio Filho! Realmente, tem-se a impressão de que Deus o abandonou de verdade. Mais do que isso, chegamos a pensar que Jesus estava atribuindo sua angústia a Deus. Por isso a grande pergunta foi dirigida a Deus!

A fraqueza humana, que nos leva à não compreensão dos propósitos divinos, nos faz pensar também em um Deus distante de todos nós.

Mas Stott afirma que *“não devemos vê-lo (Deus) numa cadeira de balanço, mas numa cruz”*. Em outras palavras, o sofrimento de Jesus na cruz nada mais é que o sofrimento de Deus na cruz. A presença de Jesus na cruz não tinha por objetivo representar a pessoa de Deus. Foi Deus mesmo quem estava lá! Cremos não haver nenhum problema teológico se parafrasearmos o apóstolo Paulo, afirmando: *“Deus estava em Cristo - na cruz - reconciliando o mundo consigo mesmo”* (2 Coríntios 15.19).

Mas como pode Deus sofrer, sendo ele Deus? O sofrer não é atributo exclusivo do pecador, do efêmero, do fraco? Podemos chamar de Deus o ser que sofre como nós sofremos, que sente como nós sentimos, que padece como nós padecemos?

A resposta a estas perguntas não coloca em cheque a essência de Deus. Pelo contrário, quando concebemos Deus como o Deus que sofre, estamos afirmando a natureza, a grandiosidade e o grande amor de Deus. Ele tem sensibilidade. Ele não é apático.

Jürgen Moltmann afirmou, no livro *El Dios Crucificado*, que se *“fosse Deus incapaz de sofrer, então ele seria incapaz de amar. Aquele que é capaz de amar também é capaz de sofrer, porque ele se abre ao sofrimento que o amor acarreta”*.

O sofrimento de Jesus, que é a expressão máxima do sofrimento de Deus, leva-nos a caminhar com determinação, ousadia e perseverança pelo caminho da fé. Não há como e porquê ficar longe de Deus, por ser Ele sofredor. Não há como deixar de crer em Deus, porque foi levado à



A lamentação do Cristo morto (1635)

cruz. Não há como deixar de servir a um Deus, porque Ele sofreu por amor à humanidade.

Um professor de 2º grau foi profundamente tocado pela convicção de fé de uma aluna e cristã convicta. Certo dia, depois de uma aula de filosofia, querendo provocar a adolescente, perguntou-lhe seu professor:

- Eu não consigo entender como pode você amar a um Deus que é

conhecido apenas através de idéias como estas que fazem parte da sua confissão de fé. E citou parte da Confissão de Fé de Westminster:

“Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória...”

A jovem lhe respondeu da seguinte forma:

- Sim, professor. Deus realmente é isso e muito mais. Ele é amor, é gracioso, é misericordioso. Ele é o Deus conosco e, por isso, sofre conosco, chora conosco. E tem mais, esse Deus morreu por mim e por você.

O professor sabia do que ela estava falando. A aluna ainda não conhecia este texto que expressa nossa fé, embora sua resposta fosse bem parecida com a seqüência do texto que afirma: *“É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam”*. Mas ela conhecia o Deus e seu Filho sofredor.

O conhecimento e aceitação do Deus que sofre não nos leva pelo caminho da revolta. Leva-nos pelo caminho da compreensão de que Deus realmente é assim. Também não nos leva pelo caminho da resignação. Leva-nos pelo caminho do cumprimento da vontade de Deus *“em toda e qualquer situação”* (Filipenses 4.11). A aceitação pela fé do Deus que sofre tão pouco nos leva à proclamação de um *“outro evangelho”* (Gálatas 1.6), resultado de nossa imaginação e não da revelação bíblica.

Mas a convicção de que Deus, realmente, é um Deus que sofre, nos leva a amá-lo ainda mais, a proclamá-lo com muito mais paixão e, não poderia ser diferente, a sofrer por Ele e com ele também.

Seja esta a nossa genuína experiência de fé. Amém.



O Rev. Uriel Silveira é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil e deão do Seminário Teológico Rev. Antônio de Godoy Sobrinho, em Londrina, PR

7

A Páscoa Judaica e a Páscoa Cristã

Rev. Josué Xavier

Vamos, como cristãos, mais uma vez comemorar a Páscoa. Por isso, é oportuno que relembremos o seu significado e mensagem a partir de suas origens.

1. A Páscoa Judaica

A própria palavra Páscoa, em hebraico, teve sua origem e significado num momento de sofrimento do povo hebreu, que estava cativo no Egito.

Em Êxodo 12.27, a palavra é relacionada com o fato de que Jeová “*passou por cima*”, isto é, na noite em que feriu os primogênitos dos egípcios, Jeová, conforme Êxodo 12.23, saltou as casas dos hebreus, porque a verga (batentes) e ambas as ombreiras das portas foram pintadas com o sangue do cordeiro pascal.

Portanto, no Antigo Testamento a palavra traduzida em português por “*páscoa*” é usada para indicar tanto a festa (por exemplo, Êxodo 12.48) como o animal sacrificial (por exemplo, Êxodo 12.21: matar o cordeiro pascal).

Mais tarde, quando a Festa dos Pães Asmos ficou unida com a Páscoa, que era, então, o primeiro dia (14/15 de Nisan - Ano Novo) da Festa dos Pães Asmos, significava também a festa toda, que durava sete dias (por exemplo, Ezequiel 45.21-24). (Nota: Aqui, é também significativo o número sete, pois, na língua hebraica, esse número significa “*completude*”).

Assim, os ritos da festa são relacionados com os acontecimentos do êxodo (Êxodo 12.14, 24-27; 34.18, Deuteronômio 16.1-8), especialmente a saída do povo de Deus, que significava libertação.

Os hebreus, defendidos pelo sangue que os fazia lembrar as aflições de que haviam sido libertados e santificados (hebraico: separados) para o serviço de Deus, passaram a ser o povo de Deus em alegre e jubilosa comunhão com ele.

A Páscoa é, para Israel, o que o Dia da Independência é para um país e mais ainda: o último juízo sobre o Egito e a provisão do sacrifício pascal

possibilitaram o livramento da escravidão e a peregrinação do povo para a terra prometida.

A ceia pascal devia ser tomada pelos membros de cada família. Se esta fosse pequena, devia chamar alguns vizinhos, até que houvesse número suficiente para comer o cordeiro todo (Êxodo 12.4). O chefe da família recitava a história da libertação do Egito. Os participantes comiam reclinados; cantavam os Salmos 113 e 118 (cf. Isaías 30.29). Punham na mesa um prato de frutas desfeitas em vinagre, formando uma pasta, como recordação da argamassa que empregavam nos trabalhos forçados do cativo.

Os samaritanos de hoje celebram a Páscoa no dia 13 de Nisan (= Ano Novo). Ao pôr-do-sol matam algumas ovelhas e assam-nas inteiras. A carne é comida às pressas (símbolo da fuga apressada do Egito), antes da manhã, com ervas amargas e pães asmos. Todas as pessoas têm os rins cingidos, sandálias nos pés e o cajado na mão (cf. Êxodo 12.8,11). Põe-se sangue nas tendas armadas para a festa.

Apesar das muitas festas e comemorações de Israel, nenhuma é tão importante quanto esta, que abre o ano religioso.

2. A Páscoa Cristã

A Páscoa é, segundo o Novo Testamento, um símbolo profético da morte de Cristo, da salvação e do andar pela fé a partir da redenção (1 Coríntios 5.6-8).

Os detalhes do sacrifício e as ordenanças que acompanhavam são muito significativas:

- a) O animal escolhido para o sacrifício devia ser um cordeiro macho de um ano, isto é, um cordeiro plenamente desenvolvido e na plenitude de sua vida. Assim, Jesus morreu quando tinha 33 anos aproximadamente. O cordeiro devia ser sem mácula. De igual modo, Jesus não pecou e foi provado durante quarenta dias no deserto.
- b) O cordeiro era sacrificado à tarde como substituto do primogênito. Por isso, morreram os primogênitos do Egito. Deus proveu um substituto que *“foi ferido pelas nossas transgressões”*, isto é, Jesus Cristo.
- c) Os hebreus tinham de aplicar o sangue nos batentes e nas ombreiras das portas, indicando sua fé pessoal. No Cristianismo, não basta crer que Cristo morreu pelos pecados do mundo; somente quando, pela fé, o sangue de Jesus é aplicado no coração da pessoa, ela está salva da ira de Deus. O anjo exterminador usado no Egito representa a sua ira.

-
- d) As pessoas tinham de permanecer dentro de casa, protegidas pelo sangue. Por isso, em Hebreus 2.3 lemos: *“Como escaparemos nós se negligenciarmos tão grande salvação?”*
 - e) Tinham de assar a carne do cordeiro e comê-la com pão sem fermento (asmo) e ervas amargas. O fato de assar ao invés de cozinhar o cordeiro exemplifica a perfeição do sacrifício de Cristo e o fato de que deve ser recebido por completo (João 19.33, 36). Assim como os hebreus comeram a carne que lhes daria força física para a peregrinação, por meio da comunhão com Cristo, o crente recebe força espiritual para segui-lo.
 - f) Os israelitas deviam comer a carne do cordeiro em pé e vestidos como viajantes, a fim de que estivessem preparados para o momento da partida (Êxodo 12.11). Assim, o crente deve estar pronto para o grande êxodo final, quando Jesus voltar (Lucas 12.35).

Conclusão

A importância da Páscoa cristã é demonstrada pelo fato de que, na época de Cristo, era a festa por excelência, a grande festa dos judeus. O rito não só olhava retrospectivamente para aquela noite no Egito, mas também, antecipadamente, para o dia da crucificação. A santa Ceia é algo parecido com a Páscoa dos judeus e a substitui no Cristianismo. De igual maneira, olha em duas direções: para trás, isto é, para a cruz; e para adiante, isto é, para a segunda vinda de Cristo (1Coríntios 11.26).

A aplicação espiritual ensina-nos que Deus nos redime para que o sirvamos: *“Acaso não sabeis.. que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo”* (1 Coríntios 6.19-20).

Portanto, não somente ao participarmos da santa Ceia, mas também ao comemorarmos a Páscoa, não nos esqueçamos dessas lições preciosas e alegremo-nos sempre, pois, como dissemos acima, andamos por este mundo pela fé a partir da redenção oferecida por Cristo em seu sacrifício na cruz e aguardamos, também pela fé, a redenção final na eternidade.



**O Rev. Josué Xavier é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da
IPI do Brasil e membro da Comissão de Tradução, Revisão e
Consulta da Sociedade Bíblica do Brasil**

A Libertação do Egito e o Caminho no Deserto no Contexto do Salmo 78

Rev. Marcos Paulo Monteiro da Cruz Bailão

Introdução

O Salmo 78 é um salmo especial na Bíblia. Em primeiro lugar, por ser o segundo maior salmo das Escrituras. E, em segundo lugar, mas principalmente, porque ele reconta alguns dos principais eventos da história primitiva de Israel e Judá, em especial aqueles ligados à saída do Egito e à travessia do deserto. É, portanto, um salmo que trata da páscoa.

Ao estudarmos o Salmo 78, podemos observar uma forma, mas certamente não a única, de como os eventos pascais foram interpretados pelas gerações posteriores do povo de Judá. Iniciamos este estudo fazendo uma breve análise do texto bíblico.

O Salmo 78

O Salmo 78 inicia com uma longa *introdução* (v.1-4). Nela, o salmo é designado como Masquil de Asafe. Surge uma voz que chama a atenção do povo para a “*minha instrução*”¹ e as “*palavras da minha boca*” (v.1). De quem é esta voz? O próprio Deus ou um dirigente que fala em seu nome? A segunda hipótese é mais provável, visto que a partir dos v.3-4 ele passa a se incluir no meio do povo e de sua situação.

Nesta introdução, aparecem palavras como “*parábola*”, “*enigma*” e outras expressões que indicam um caráter didático-sapiencial deste salmo.

A seguir, nos v.5-8, vem uma espécie de *explicação*, ou declaração

de motivo, pois é apresentada a razão pela qual o que se exporá a seguir vem sendo transmitido de geração em geração: para que cada uma delas pusesse a sua confiança no Senhor Deus de Israel e Judá.

Os v.9-11 contêm uma crítica a Efraim. É muito duvidoso a que episódio específico esta crítica se refira, ou mesmo se ele é mencionado na Bíblia. É até motivo de dúvida se ela é dirigida só à tribo de Efraim ou a todo o Reino do Norte, Israel.

Na seqüência, os v.12-31 apresentam uma *exposição* baseada na história da travessia do deserto. Primeiramente, v.12-16, são apresentados alguns episódios nos quais Deus demonstrou o seu cuidado para com o povo de forma maravilhosa.² Depois, v.17-20, a desconfiança do povo. E, nos v.21-31, a resposta de Yahweh. É interessante notar que o maná, aqui, é visto de maneira negativa, como fruto da infidelidade do povo.

Os v.32-41 contêm uma *reflexão* acerca do que foi exposto anteriormente, ressaltando a descrença e infidelidade do povo e a misericórdia e longanimidade de Yahweh. O v. 42 serve de elo entre esta parte e a que vem a seguir.

O que se segue é uma segunda *exposição*, agora baseada nas histórias da saída do Egito (v.43-53) - na qual apenas sete das dez pragas são mencionadas - do estabelecimento na terra prometida (v.54-55) e a continuidade da história (v.56-64), esta última de forma muito generalizada.

A parte final (v.65-72) é uma *conclusão*, a qual apresenta mais uma vez a ação misericordiosa do Senhor em favor do povo, agora pela eleição de Sião e de Davi para apascentar o povo de Israel e Judá.

Pelo que aqui foi exposto, pode-se notar que, por todo o Salmo 78, antigas tradições históricas são recontadas. Porém, esta recontagem não é uma simples repetição do que já havia sido dito anteriormente.

Uma releitura das tradições históricas

As tradições a respeito do Êxodo, travessia do deserto, estabelecimento na terra e eleição de Sião e Davi são expostas pelo salmista de uma forma desigual, já que são muito mais elaboradas as partes que tratam da saída do Egito e da peregrinação do que as outras. A questão da eleição de Sião e Davi recebem destaque de um outro modo, ou

seja, não pela quantidade de episódios citados, mas pela exaltação que é feita a eles no final do salmo.

Isto se deve ao fato de que a época da composição deste salmo foi o início do período de dominação persa, após o exílio na Babilônia. Neste tempo, o povo de Judá vivia um processo de integração forçada ao Império da Pérsia, sendo econômica, política, social e militarmente subjugado às forças imperiais. Vivia-se o perigo do povo de Judá desaparecer pela simples assimilação ao povo persa ou a algum outro dos seus dominados. E havia poucas chances de resistência a este processo, aliás, promovido pelo império. Uma alternativa encontrada foi a do incremento da identidade social dos judeus. E, para essa finalidade, as tradições a respeito, principalmente, da travessia do deserto, mas também as do Êxodo e de Sião e Davi, desempenharam um papel muito importante. Elas estavam na base da identidade social, cultural e cultural do povo de Judá.

Neste sentido, algumas tradições parecem incompletas - como o caso das pragas em que são mencionadas apenas sete - e há referências a tradições ignoradas pelos primeiros livros da Bíblia. Isso se deve ao lugar em que o Salmo 78 foi recitado e cantado. É quase certo que, num primeiro momento, ele foi utilizado em alguma festa do templo de Jerusalém, possivelmente até mesmo na celebração da Páscoa. Porém, posteriormente ele passou a ser utilizado nas vilas e nas casas, nos cultos regulares dos grupos camponeses. Nessas vilas e casas, guardaram-se tradições às vezes diferentes das preservadas nos círculos que deram origem aos primeiros livros da Bíblia.

E, ainda, a ordem cronológica dos fatos citados no Salmo 78 não corresponde à apresentada no Pentateuco, o que mostra que a seqüência dos acontecimentos expostos não era uma preocupação do salmista.

A sua preocupação era para com o ensino que ele tinha a transmitir, e que deveria ser passado de geração em geração. Por isso os episódios foram selecionados e ordenados de forma a melhor exemplificar o que estava dizendo.

E aquilo que o salmista expôs no Salmo 78 ele mesmo designou como sendo “*enigmas da antiguidade*” (v.2).

Um enigma deste a antiguidade

O enigma que o sábio salmista se propõe a desvendar diante da congregação de Israel está presente na história do povo, desde os tempos mais antigos, e deveria ser transmitido de uma geração à outra, seguidamente.

Por isso a história é recontada, não como uma sucessão de eventos, mas como um contínuo diálogo entre Deus e o povo. Neste diálogo, o Senhor sempre apresentou ao ser humano a sua bondade, graça e misericórdia. O ser humano, por sua vez, sempre respondeu com ingratidão, descrença e infidelidade.

Este é o grande enigma, a grande contradição a ser desvendada. Por qual razão Deus age sempre com bondade e o povo responde com infidelidade? O salmista não apresenta nenhuma explicação para esse fato, e nem mesmo se propõe a isso.

O sábio salmista pretende chamar a atenção do povo para esse fato, que se repete a gerações: a graça e bondade do Senhor e a ingratidão e infidelidade do ser humano. Este círculo precisa ser interrompido. E para que seja interrompido de maneira adequada é preciso que o povo de Deus passe a responder com a devida gratidão e fidelidade ao seu Deus.

Mas a questão da fidelidade a Yahweh não era tão-somente um problema religioso. Outras questões também importantes estavam relacionadas a ela.

Êxodo e fidelidade sob o domínio persa

Quando o rei dos medos, Ciro, o grande, libertou os judeus que estavam no cativeiro da Babilônia, permitindo-lhes voltar para a Palestina, houve quem pensasse que um novo período de glória se avistava para Jerusalém e seu povo. Mas não foi bem assim. A Pérsia tinha interesses na Palestina, e o retorno dos exilados nada mais era do que parte dos seus planos. O Império Persa buscava a integração das regiões e povos dominados através de uma complexa rede de instrumentos de dominação.

Aos judeus não era admitido terem governo próprio, nem dirigirem sua própria economia. Eram escravos em sua própria terra. E, ainda, corriam o risco de desintegrarem-se como povo, sendo absorvidos como

massa à população do império.

Uma das poucas alternativas de sobrevivência - talvez a única - era a manutenção de uma forte identidade cultural, que os distinguisse dos outros povos.

No processo de fortalecimento dessa identidade cultural, alguns aspectos da vida, da história e da religião de Israel e Judá alcançaram suma importância. As tradições a respeito do êxodo e da travessia do deserto foram lembradas e recontadas, pois eram o exemplo histórico de que era a ação de Deus que fazia possível a libertação dos grandes impérios e a sobrevivência, mesmo sem o governo de um rei. Mas tudo isso só fazia sentido no interior da fé em Deus, visto que, adorar outros deuses era abandonar a maior marca de identidade e integridade do povo de Judá e de Israel.

Conclusão

O Salmo 78 é um salmo que retoma algumas tradições antigas, em especial aquelas ligadas ao êxodo e à travessia do deserto. Esse processo de retomada das tradições tem um objetivo: fortalecer a identidade cultural do povo que, sob a dominação do Império Persa, ameaçava desintegrar-se.

O fortalecimento da identidade cultural do povo era a forma de sobrevivência diante das grandes ameaças. E essa identidade tinha um centro: a fé em Yahweh. Pois foi Deus quem tirou aquele povo da servidão no Egito e o guiou até a Terra Prometida. Foi Ele quem sempre mostrou paciência, graça e misericórdia para com o povo, mesmo quando este era ingrato. Foi Yahweh quem deu vida ao povo de Israel e Judá.

Relembrar os feitos maravilhosos de Deus era lembrar que Ele era e é o único capaz de dar vida, liberdade e identidade ao povo. Porém, cabe ao povo - da época antiga como de hoje - responder com fé e obediência e não com a ingratidão e infidelidade de outros tempos.



O Rev. Marcos Paulo Monteiro da Cruz Bailão é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil, pastor da IPI de Espírito Santo do Pinhal, SP, e professor do Seminário Teológico de São Paulo

Bibliografia

GERSTENBERGER, Erhard. *Psalms, part 2, and Lamentations*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 2001, 543p.

HOLLADAY, William L. *The Psalms through three thousand years. Prayerbook of a Cloud of Witnesses*. Minneapolis, Fortress Press, 1996, 395p.

KIDNER, Derek. *Salmos 73-150. Introdução e comentário*. São Paulo, Vida Nova e Mundo Cristão, reimpressão, 1984, 496p.

KRAUS, Hans-Joachim. *Theology of the Psalms*. Minneapolis, Fortress Press, 1992, 235p.

_____ *Psalms 60-150*. Minneapolis, Fortress Press, 1993, 587p.

WEISER, Arthur. *Os Salmos*. São Paulo, Paulus, 1994, 662p.

Notas

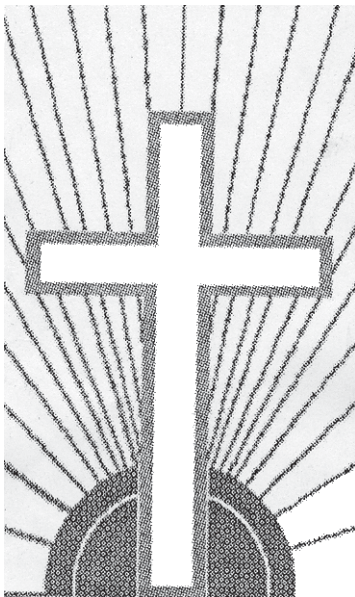
¹ A palavra hebraica *torah*, traduzida por Almeida e outros por "lei", é melhor traduzida por "instrução", conforme os melhores dicionários, especialmente no contexto sapiencial, como é o caso aqui.

² Há de se destacar que a localidade de Zoã, citada no v.12, não é mencionada na história do êxodo. Provavelmente o salmista fez uso de uma outra tradição, ignorada pelas fontes do Pentateuco.

Rev. Richard William Irwin

Os protestantes tendem a identificar a Páscoa somente com a ressurreição de Jesus. Rejeitam a Páscoa do Cristo eternamente morto nos braços de sua mãe, objeto de pena, vítima impotente diante das forças da injustiça e da morte. Rejeitam um a Páscoa cujo ponto final é uma Sexta-feira da Paixão - e fazem muito bem.

Por outro lado, entretanto, os protestantes são propensos a cair no extremo de uma espécie de heresia docética, que nega a humanidade autêntica de Jesus. É a heresia que faz de Cristo um ser exclusivamente divino, isento dos sofrimentos comuns da humanidade. É a Páscoa espiritualizada que canta uma ressurreição fácil sem o tormento da cruz. É a Páscoa sem a Sexta-feira da Paixão. Em contraste, o evangelho não proclama uma Páscoa truncada. Aponta para o Senhor cuja morte e ressurreição, ao invés de serem dois atos isolados um do outro, complementam-se em um único ato de Deus para a redenção do mundo.

**Aleluia**

O que, então, essa Páscoa do evangelho teria a ver com a evolução e propósito do Ano Cristão? A resposta é: **tudo**. Pois tudo o que é distintamente cristão tem sua origem na fé da igreja, baseada na ressurreição do Senhor crucificado. Podemos mencionar alguns exemplos como o culto cristão, a teologia cristã, a expansão missionária cristã, o Novo Testamento, o Domingo,

a própria Páscoa Cristã e o Ano Cristão. Não fosse a fé dos primeiros cristãos na realidade da morte e ressurreição de Jesus Cristo, o cristianismo teria terminado como uma obscura seita judaica, destinada ao óbvio. Pois, conforme observou o apóstolo Paulo, “*Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados*” (1 Co 15.17). Hoje, graças à cruz e ao sepulcro vazio, o cristianismo tem a lealdade de um terço da humanidade.

O Tempo

O cristianismo leva a sério o tempo. Deus criou o tempo e o empregou para se revelar ao seu povo através de atos concretos, feitos em momentos e lugares específicos. Na plenitude dos tempos, Deus penetrou nossa história temporal, assumindo nossa natureza humana em Jesus de Nazaré, que veio pregando a chegada do reino de Deus, curando os enfermos, comendo com os pecadores e morrendo na cruz para ressuscitar os mortos ao terceiro dia. Tudo isso em momentos históricos precisos, cuidadosamente registrados nos quatro Evangelhos.

A importância do tempo se reflete no culto cristão. Na pregação da Palavra e na administração dos sacramentos, o tempo presente se torna a ocasião de encontro com o mesmo Deus, que não só agiu em nosso favor no passado, mas continuará a fazê-lo no futuro. O mesmo Deus que, em “*Jesus Cristo, é o mesmo ontem e hoje, e o será para sempre*” (Hb 12.8).

A maneira como os cristãos organizam o tempo diz muito a respeito de sua fé. Desde o princípio, os primeiros cristãos organizaram o tempo em torno de um dia por semana, o dia da ressurreição do Senhor - o Domingo.

Domingo, alicerce e núcleo do Ano Cristão

O Ano Cristão surgiu do ciclo semanal do domingo, com seu caráter decisivamente pascal. É o dia festivo mais antigo da igreja. Os primeiros cristãos reuniam-se a cada Domingo a fim de celebrar a morte e ressurreição de Jesus, ouvindo a leitura e exposição das Escrituras, cantando os salmos, oferecendo orações, levantando ofertas para os pobres e “*partindo o pão*” da Ceia do Senhor.

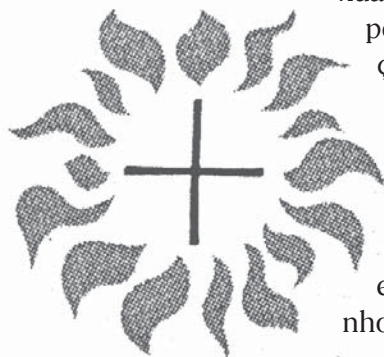
Os discípulos de Cristo haviam herdado do antigo Israel a semana de sete dias, orientada em torno do sétimo dia, que comemorava o descanso de Deus após os seis dias da criação. Mas a ressurreição de Jesus no primeiro dia da semana mudou radicalmente esse sistema de organizar-se o tempo. O primeiro dia, ou Dia do Senhor, veio a ser o dia decisivo



da semana para a igreja. Essa nova percepção foi expressa numa carta escrita pelo venerado bispo-mártir Inácio de Antioquia, da geração pós-apostólica: *“Os que caminhavam segundo as práticas antigas alcançaram uma esperança renovada, não observando mais o Sábado, mas organizando suas vidas em função do Dia do Senhor, no qual nossa vida também ressuscitou por intermédio de Cristo”*. (A expressão *“Dia do Senhor”* ganhou aceitação na igreja primitiva devido à sua associação com a Ceia do Senhor, que era sempre celebrada no primeiro dia da semana. Na língua portuguesa, a palavra *“Domingo”* vem do latim *“Diem dominica”*, da versão Vulgata da Bíblia, feita no século IV d.C., expressão que significa *“Dia do Senhor”* (Ap 1.10).

“Todos os dias te bendirei” (Sl 145.2)

O Domingo não só deu origem ao Ano Cristão, como também santificou todos os dias da semana, com a lembrança da morte e ressurreição do Senhor. A consciência do poder da ressurreição permeava a



vida cotidiana dos primeiros cristãos, o que podemos observar nas suas duas orações diárias principais. Com o pôr-do-sol, estando já acesas as candeias da casa, os cristãos ofereciam orações para um repouso seguro e um acordar de manhã para uma nova vida no Cristo ressurreto. Ao amanhecer, entoavam um hino de louvor ao Senhor que havia ressurgido, na esperança

do raiar do Dia da Luz Perpétua.

Uma semana de Domingos

O Ano Cristão começou a evoluir ainda no tempo do apóstolo Paulo, com o surgimento da celebração anual da Páscoa Cristã (1 Co 5.7-8). Não estava limitada a um Domingo apenas, mas estendia-se por um período de sete semanas. Durante esse período pascal, a Igreja Primitiva comemorava, em grande escala, todos os atos salvíficos de Deus em Cristo, desde a encarnação até a dádiva do Espírito Santo à Igreja. A importância dos cinquenta dias da Páscoa para a Igreja Primitiva foi destacada no século II d.C. pelo teólogo Tertuliano que escreveu: *“É um espaço de tempo da mais profunda alegria, especialmente apropriado para se administrar o batismo”*.

A Vigília Pascal

Como culto principal do ano, a Vigília Pascal celebrava a promessa da vida nova, do perdão dos pecados e da vitória sobre a morte. Ela começava ao pôr-do-sol no sábado, continuando até o amanhecer do Domingo. O fogo e a vela pascal simbolizavam a passagem de Cristo das trevas da morte para a luz da ressurreição. Era, então, cantado por todos, o cântico pascal *“Exultet”*, que dizia: *“Regozijai-vos, ó poderes celestiais! Cantai, coros de anjos! Jesus Cristo, nosso rei, ressuscitou!”* Eram também lidas as narrativas dos feitos prodigiosos de Deus em favor de seu povo: a criação; a passagem de Israel da opressão para a liberdade, pelo meio das águas do mar Vermelho; a preparação divina do mundo para a vinda do Messias e Cristo, quebrando as cadeias da morte e ressurgindo vitorioso do túmulo. Os novos convertidos eram então batizados na morte e ressurreição do Senhor (Rm 6.4). A Vigília Pascal culminava no despontar do sol, no grande Domingo da Ressurreição, quando a comunidade de fé reunia-se à mesa do Senhor para compartilhar a Ceia do Senhor. (Deve-se notar que a Vigília Pascal foi reinstituída no Ano Cristão pelas reformas litúrgicas adotadas pelas igrejas históricas na segunda metade do século XX.)

O desdobramento do Ano Cristão

No início, havia um só domingo magno no decorrer do ano - a Páscoa. Não demorou muito para a Páscoa ser dividida em duas comemorações festivas: a Páscoa propriamente dita, e o Pentecostes.

No dia de Pentecostes, a Igreja Primitiva comemorava não só a dádiva do Espírito Santo, como também a Ascensão do Senhor, devido à ligação entre os dois atos de Deus pela nossa redenção: o Filho subindo, com as marcas da cruz, para reinar à mão direita de Deus Pai Todo-Poderoso, e o Espírito descendo, para agir na terra sob a autoridade do Filho. Não se trata de uma questão de doutrina abstrata, mas de uma realidade vivida diariamente pelos cristãos naqueles tempos terríveis sob a implacável perseguição do Império Romano.

No século IV d. C., a Páscoa sofreu mais duas divisões, cada qual para enfocar uma faceta diferente da morte e ressurreição de Jesus: o Domingo de Ramos, a Quinta-Feira Santa e a Sexta-Feira da Paixão e o próprio Domingo da Páscoa que, conjuntamente, formavam a Semana Santa. Quando, por último, - cerca de duzentos anos depois - foi acrescentada a Quaresma, o Ciclo Pascal do Ano Cristão estava completo.



Quaresma + Semana Santa



Páscoa



Pentecostes

O CICLO PASCAL

O Ciclo Natalino

O terceiro grande dia festivo do Ano Cristão primitivo foi a Epifania do Senhor, marcando a manifestação da divindade de Cristo para todos os povos. Surgiu no segundo século da era cristã, nas igrejas da parte oriental do Império Romano, no Egito. A comemoração da Epifania centrava-se no batismo e no primeiro milagre de Jesus (a transformação da água em vinho nas bodas em Caná da Galiléia), bem como na visita dos magos aos Deus-menino. Foi a Epifania que deu início ao desenvolvimento do Ciclo Natalino do Ano Cristão, cerca de duzentos anos antes do Natal existir. Por ser primeiro observado em Roma, o Natal celebrava o nascimento de Jesus. Mais tarde, quando as igrejas orientais e ocidentais ajustaram suas respectivas comemorações litúrgicas ao Ano Cristão, a Epifania e o Natal foram incorporados lado a lado (25 de dezembro e 6 de janeiro). Com o acréscimo dos quatro domingos do Advento, duzentos anos depois, o Ciclo da Encarnação estava concluído.

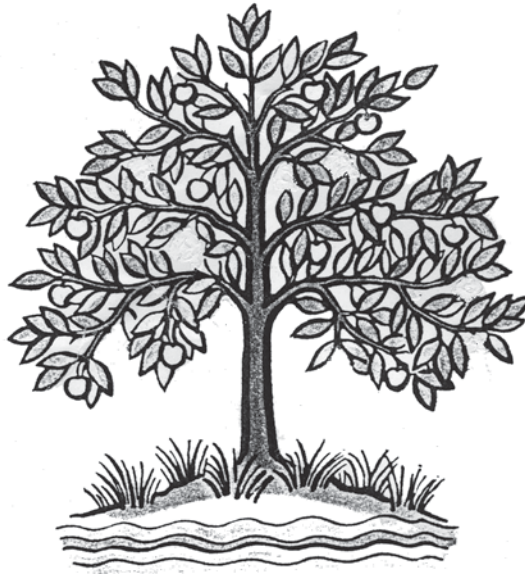


Advento+Natal+Epifania

Embora não evoluindo diretamente da Páscoa, o Ciclo Natalino sempre enxergava o nascimento de Cristo pelo prisma de sua crucificação e vitória sobre a morte. Era a mesma perspectiva de Lutero: “*a madeira da manjedoura é a madeira da cruz*”. São os acontecimentos celebrados na Semana Santa, culminando no Domingo da Ressurreição, que confirmam nossa fé na encarnação e não o contrário.

Tempo Comum

O que se denomina “*Tempo Comum*” são os dois períodos do Ano Cristão que caem antes e depois dos dois ciclos do tempo extraordinário: da Páscoa e do Natal. O termo “*comum*”, neste contexto, não quer



dizer “ordinário” e, sim, “normal”, quando contrastado com o tempo foram do comum, em que Deus penetrou na história humana para nos libertar do jugo da escravidão do pecado e do poderio da morte.

No entanto, somos obrigados a reconhecer que o Domingo, realçado durante o Tempo Comum, é **sempre** um dia extraordinário, porque festeja o maior acontecimento da História da Salvação - a morte e ressurreição de nosso Senhor Jesus Cristo. Todos os domingos são “pequenas Páscoas”.

Conclusão

Só nos resta concluir com a observação de que o Ano Cristão, na íntegra, possui um caráter decididamente pascal. Isso porque evoluiu a partir da comemoração dominical do mistério da morte e ressurreição do Senhor Jesus Cristo e da sua contínua presença com seu povo no poder do Espírito Santo. Dessa celebração de fundo pascal brotou e floresceu a frondosa árvore destiladora de vida nova sobre a igreja, a que chamamos o Ano Cristão.



O Rev. Richard William Irwin é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da Igreja Presbiteriana (USA). Trabalha como missionário no Brasil desde 1947. Integra a equipe pastoral da 1ª IPI de São Paulo, SP, e a Congregação do Seminário Teológico de São Paulo da IPI do Brasil.

10 *A ressurreição de Cristo e a nossa ressurreição*

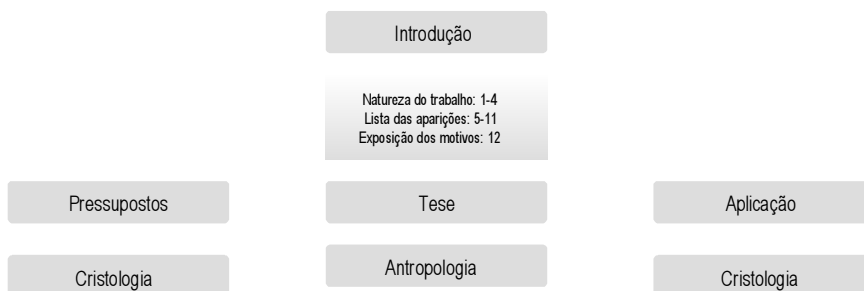
Rev. Lysias Oliveira dos Santos

Notas sobre 1 Coríntios 15

“Perdeu-se a esperança na ressurreição, e isso deixa atrás de si um vazio notável” (Jürgen Habermas).

As marcas das tensões vividas no tempo de Paulo, tanto do ponto de vista da formação do pensamento da igreja, como das atribuições da sua tarefa de apóstolo com chamado especial para a missão entre os gentios, são visíveis neste denso tratado sobre a ressurreição. Estas tensões interferem nas opções metodológicas, pois o texto oscila entre a apologia, a parênese e a exposição teológica. É, também, ao mesmo tempo, um registro de dados conhecidos e um exercício de criação literária. Estão presentes também em seu texto as principais questões que agitavam a igreja no seu tempo: a definição da pessoa de Cristo em relação ao Pai; a demora da parusia e a situação dos que estavam morrendo; a possibilidade e a natureza da ressurreição.

A tese central é sobre a ressurreição do corpo. A estrutura do texto pode ser assim representada:



A introdução inclui seu propósito de transmitir o evangelho conforme antes recebeu; uma lista das aparições do Cristo ressurreto e a exposição dos motivos que o levaram a expor seu trabalho. A exposição da tese está dividida em três partes. A primeira parte apresenta três pressupostos teóricos, conforme a crença da igreja, que versam sobre cristologia, escatologia e teologia. A tese propriamente dita, antecedida por dois exemplos da vida prática, é uma explicação antropológica para a transformação do corpo na ressurreição, transformação esta que vai da “carne e o sangue” até o corpo incorruptível. Na terceira parte, Paulo testa a sua tese em cada um dos pressupostos, na mesma ordem em que foram apresentados: cristologia, escatologia e teologia. O texto encerra-se com uma breve exortação aos crentes de Corinto.

I - Historiografia da ressurreição

Sobre a ressurreição de Cristo há duas tradições narrativas nos evangelhos: o túmulo vazio e as aparições. A primeira restringe o lugar e o tempo em que o fenômeno ocorreu, bem como o número de testemunhas e as particularidades das observações. Paulo opta pela segunda,

12-22

Escatologia

23-26

Teologia

15a, 24b
27-28

não só pelo fato de não ter participado da primeira, mas porque, nas aparições, a presença de Cristo nivela todos os testemunhos divulgados, independentemente das pessoas, tempo ou lugar.

- a) Critério - Paulo parece optar por uma exposição cronológica dos fatos, ao empregar as expressões “depois”, “por último”. Ordenando em pares as testemunhas por ele arroladas, porém, podemos pensar que ele tinha em vista outras intenções também: dois discípulos considerados “colunas” da igreja, Pedro e Tiago; os doze e depois todos os apóstolos, uma multidão e ele, como pessoa isolada.
- b) Concordância - É preciso lembrar que Paulo escreveu primeiro e por isso não tem muito sentido querer que a sua lista concorde com a dos evangelhos. Nota-se nos evangelhos a ausência da aparição específica a Tiago. Há quem identifique a visão dos quinhentos com o fenômeno do Pentecostes, registrado em Atos.
- c) Exclusão - Falta em Paulo uma referência especial a João, uma das colunas. Possivelmente quis referir-se aos dois que lideraram a igreja de Jerusalém, Pedro e, depois, Tiago. A ausência mais notada hoje é a das mulheres, as primeiras testemunhas da ressurreição, segundo os evangelhos. Em vez de uma censura a Paulo, podemos dar crédito às suas palavras, de que está transmitindo o que recebeu, uma lista apenas de homens, pois só os homens podiam testemunhar assunto de tão grande relevância em seu tempo.
- d) Inclusão - Com a inclusão de seu nome na lista, Paulo nivela também todas as presenças e pronunciamentos do Cristo encarnado, ressurreto e manifesto em todas as visões do Novo Testamento. O Cristo que esteve em vida e ressurreto aos apóstolos é o mesmo que, de uma forma ou outra, apareceu aos crentes da igreja primitiva. Assim as palavras do Cristo vivo e ressurreto teriam a mesma qualidade das palavras do Cristo do Apocalipse.
- e) Lição - Aos que foram alcançados pela graça, a história da ressurreição de Cristo é a história da nossa ressurreição, pois todos os alcançados tiveram um encontro especial com o Ressurreto.



A ressurreição de Lázaro (1630)

II - A ideologia da ressurreição

- a) Motivações - As motivações que levam Paulo a propor uma teoria para a ressurreição do corpo estão ligadas às experiências de sua consciência apostólica: 1) o anúncio do evangelho recebido da tradição, mas conscientemente reinterpretado por ele; 2) A defesa contra as interpretações divergentes do “seu” evangelho; 3) Cuidado para com a igreja por ele criada e doutrinada.

b) Pressupostos - Paulo está preocupado em fundamentar bem sua exposição na tradição da igreja. Por isso, além dos pressupostos “materiais” apresentados (a prova escriturística, a tradição dos apóstolos, a prática da igreja e a sua própria experiência), ele parte dos três pressupostos teóricos já mencionados.

1. Cristologia - O pressuposto básico, reforçado pela introdução histórica, é que Cristo ressuscitou. A argumentação paulina revela um dos momentos em que o apóstolo mais se aproxima da humanidade de Cristo, o que fica claro no jogo dialético que ele emprega: se Cristo ressuscitou, os humanos também podem ressuscitar; se os humanos não ressuscitam, Cristo também não pode ressuscitar. A diferença entre a ressurreição de Cristo e a das outras pessoas está na precedência, na primazia. Cristo é o Adão portador da vida que antecipa a condenação da morte eterna introduzida pelo outro Adão.
2. Escatologia - A igreja prega o julgamento final, presidido por Cristo. A exposição paulina não difere muito desta tradição nos seus pontos básicos: a ressurreição dos mortos, o domínio de Cristo sobre todas as coisas, a consolidação do reino de Deus. Ele, porém, não aborda a parusia propriamente dita, a descrição do aparecimento de Cristo vindo nas nuvens. Sua atenção está voltada mais para o efeito da ressurreição de Cristo na restauração de todas as coisas.
3. Teologia - Paulo, coerente com a cristologia nascente da época, separa o domínio absoluto de Cristo e a autoridade suprema do Pai, o que pode ser depreendido das suas afirmações: é Deus quem ressuscitou a Cristo; Cristo entrega o reino conquistado a Deus Pai; o Filho sujeita-se ao Pai; Deus é tudo sobre todos.

c) Tese

1. Exemplos introdutórios - Paulo prepara sua argumentação central apresentando dois exemplos introdutórios. No primeiro, tirado da prática da comunidade, sua aborda-

gem do fato lembra o profeta Jeremias no seu trato para com os recabitas (Jr 35), pois o profeta, embora não participando da abstinência deles, toma a sua fidelidade como exemplo. Paulo também toma como exemplo o costume dos que se batizam sobre os mortos, sem emitir juízo sobre esta prática. O segundo exemplo tira de suas próprias experiências, coerente com o costume que tem de ilustrar suas exposições com as experiências vividas.

2. Argumentação - Paulo defende a realidade da ressurreição do corpo, expondo uma antropologia que se firma nos seguintes pontos:

- Fragmentação e continuidade - A semente, que morre e renasce, estabelece a ligação entre as vidas temporais e a vida contínua
- Diversidade e unidade da espécie - A carne que reveste o corpo humano é diferente da carne dos animais, os quais diferem entre si também quanto ao tecido de seus corpos. Por isso a espécie não perde a sua identidade nos momentos de mutação.
- Transformação e permanência. A identidade do corpo continua, mesmo em mudanças qualitativas como a transformação do corpo animal em corpo espiritual.
- Identificação e aperfeiçoamento - Em uma composição literária de quatro versos, Paulo fecha a sua argumentação dizendo que a função da ressurreição do corpo é melhorá-lo, transformado-o em corpo incorruptível, glorioso, forte e espiritual.

d) Aplicação - Em seguida, Paulo testa sua definição de corpo ressuscitado em cada um dos três pressupostos que ele formulou.

1. Aplicação na cristologia - Segundo Paulo, a ação de Cristo na ressurreição do corpo consiste em:

- Infundir no corpo o espírito da vida
- Introduzir, como Senhor do céu, o ressureto como cidadão do reino dos céus
- Esculpir em seu rosto a imagem celestial

-
2. Aplicação na escatologia: O ressurreto está apto a suportar todos os acontecimentos do fim porque:
 - dá a ele corpo apropriado para o grande momento
 - torna-o apto a suportar as mudanças repentinas do fim
 - põe em seus lábios o grande cântico da vitória final
 3. Aplicação na teologia - É Deus quem garante a vitória final do Ressuscitado e de todos quantos ele ressuscitar.
- e) Lição: A ressurreição de Cristo é a nossa ressurreição porque ela garantiu a Jesus a troca de seu corpo humano pelo corpo glorificado, garantindo a nós também a troca de nosso corpo animal pelo corpo espiritual dos que reinam com Cristo no céu.

III - Ressurreição e utopia

Paulo sabe, contudo, que além da exposição formal possível, a discussão sobre a ressurreição vai encontrar linhas que caminham na direção do indizível.

- a) Para além dos domínios da lei - No final de seu discurso, Paulo resume sua interpretação sobre a função da lei, exposta com mais pormenores em outros lugares de seus escritos. Segundo este resumo, a lei contrapõe-se à ressurreição nos seguintes pontos:
 1. A lei determina a morte, ao impor limites a tudo o que existe. A vida é possível apenas dentro do círculo traçado pelos princípios da lei. A ressurreição quebra esta barreira, abrindo espaços eternos e infinitos para a plenitude da vida.
 2. A lei dá força ao pecado, pois salienta todas as possibilidades de desvio da perfeição prevista por ela. E o pecado, empurrando as pessoas para fora do domínio da lei, está empurrando-as para a morte. A ressurreição não se deixa prender por este laço do pecado porque Jesus morreu e ressuscitou pelos nossos pecados.
 3. A lei e o pecado mantêm as pessoas presas à imperfeição caracterizada pela desigualdade social, divididos entre

maiores e menores; pela ignorância, onde uns enganam aos outros; pela inoperância, vivendo as pessoas no sono da morte. A ressurreição de Cristo, ao eliminar os efeitos do pecado e da morte, eleva todos à posição plena de cidadãos do reino.

b) No interior dos mistérios divinos - Após toda a explicação lógica, Paulo nos surpreende com a afirmação de que tudo isto está envolto em um mistério. E o mistério consiste no fato de que a semente pode ser transformada mesmo sem morrer. Mas Paulo é coerente na sua afirmação, pois no conjunto de sua obra ele se integra ao espírito revelador do espírito apocalíptico presente e atuante em seu tempo. Nesta visão tudo é mistério.

1. O evangelho é um mistério - Para o pensamento paulino, o evangelho manteve-se oculto nas entranhas das Escrituras e continua oculto no túmulo de Cristo. Ele é revelado apenas para os que crêem na ressurreição, que morrem e ressuscitam com Cristo. Este é o evangelho que Paulo revela.
2. A parusia é um mistério - Mediante às dificuldades referentes ao tempo e à forma da volta de Cristo, o apóstolo concentra-se no cerne de todo este mistério, que é a transformação e o aperfeiçoamento do corpo, quer tenha ou não experimentado o aniquilamento da morte.

c) Pelos caminhos da esperança - Em toda a extensão de sua exposição, Paulo deixa ouvir um grande grito de esperança

1. A esperança de todos os caminhos - Ele alimenta a esperança de que os que receberam o seu evangelho entenderão; a esperança de que a semente mesmo morta ressuscitará um dia; a esperança da companhia eterna de Cristo depois da experiência da presente vida.
2. As bases da esperança - Paulo sente-se sustentado pela graça de Deus que a ele se revelou, chamou-o ao apostolado e permanece todos os momentos com ele.
3. Cântico da esperança - Paulo, que começa seu texto dentro de todo o rigor metodológico, costurando provas e ar-

gumentos, sente-se enlevado pelas riquezas do tema desenvolvido e, à semelhança do corpo que descreve, vê seu texto transformado como que por um milagre em um belo cântico de exaltação da vitória da vida sobre a morte.

- d) Lição - Ao meditar sobre a ressurreição de Cristo e nossa inclusão nela, somos defrontados com todos os mistérios da ação divina que nos envolve na esperança de que, apesar de toda a negatividade da morte, em Cristo somos ressuscitados para a vida eterna.

IV - A práxis da ressurreição

Paulo entende seu envolvimento com a ressurreição de Cristo como um trabalho. Ele repete a palavra trabalho ao longo de sua exposição. É um trabalho no Senhor, sustentado pela graça de Deus. Esse trabalho é por ele assim entendido:

- a) Ressurreição e pregação - A palavra pregação com suas variações e equivalentes é repetida constantemente na exposição.
1. A ressurreição é conhecida pela pregação - O material com o qual o apóstolo trabalha é esta pregação: Jesus morreu pelos nossos pecados, foi sepultado e ressuscitou, segundo as Escrituras. Ele está combatendo exatamente aqueles que discutem a ressurreição fora da pregação, pelos caminhos que, segundo ele, não vêm de Deus.
 2. O valor da pregação - Paulo encara o trabalho da pregação como uma atividade de alta valia e não aceita que ela seja entendida como palavras vãs, argumento que repete com muita veemência.
 3. A ressurreição constante - Ele entende que a sua pregação é um trabalho que se repete sempre, porque ela está sempre trazendo novamente à vida aqueles que estão a cada momento ameaçados pela destruição que conduz à morte.
- b) A linguagem do ressurreto - A realidade parece estranha aos padrões comuns.

-
1. Estranhas declarações - Paulo está muito à vontade quando afirma que morreu, foi crucificado, ressuscitou. Ele sabe que a comunidade por ele instruída também está familiarizada com esta linguagem.
 2. Novos sentidos - Assim as palavras adquirem diferentes sentidos no discurso da ressurreição. É preciso ter isto em mente quando se lê no texto expressões como: dormir, semente, semear, carne, terra, céu, Adão.
 3. Estilo da ressurreição - É por isso que o texto no seu todo reveste-se de característica particular, deixando transparecer uma mistura de lógica e absurdo, de linguagem concreta e simbolismos, de isenção e engajamento.
- c) A submissão do ressuscitado - Os exemplos tirados da própria experiência mostram que ele fez de sua vida um exemplo vivo da ressurreição.
1. Começando pela morte - Ciente de que para ressuscitar tem antes de morrer, o apóstolo expõe a sua vida às ameaças da morte. Ao mesmo tempo, porém, acredita no mistério da ressurreição sem a experiência da morte.
 2. Mensageiro da morte - Paulo acha que tem de trabalhar mais do que os outros apóstolos porque sua atuação na igreja foi também uma ilustração viva do processo da ressurreição, semeou a morte e a destruição, agora anuncia a vida e a salvação.
 3. A comunidade da ressurreição - O apóstolo se apresenta como membro, e membro menor, de sua comunidade. Por isso quer que todas as suas experiências, que culminam com a certeza do aniquilamento do último inimigo, a morte, pelo mistério da ressurreição, seja também a experiência da igreja.
- d) Lição - Temos a certeza de que a ressurreição de Cristo é a nossa ressurreição, quando sentimos que o nosso viver diário corresponde à experiência da vitória da morte sobre a vida, acontecendo a todos os momentos em nós.

V - Lição final

Cientes de que a ressurreição de Cristo é a nossa ressurreição, retenhamos como a nós dirigidas, as exortações finais do apóstolo: *“Portanto, queridos irmãos, continuem fortes e firmes. Continuem ocupados no trabalho do Senhor, pois vocês sabem que todo o seu esforço neste trabalho sempre traz proveito”*.



O Rev. Lysias Oliveira dos Santos é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil e pastor da 5ª IPI de Sorocaba, SP. Foi professor, durante 20 anos, do Seminário Teológico de São Paulo da IPI do Brasil

Rev. Paulo Sérgio de Proença

Introdução: a finalidade e o contexto do trecho

O capítulo 24 de Lucas narra aparições de Jesus aos discípulos (v.13-35) e aos onze (v. 36-49), depois da ressurreição. Os primeiros cristãos, por pregarem a ressurreição, foram considerados “loucos”; por causa disso, tiveram que buscar amparo nas Escrituras.

As aparições têm a finalidade de assegurar o evento maior de nossa fé: a ressurreição de Jesus, da qual são eventos comprobatórios. Funcionam como proclamação irrefutável de um evento concreto: Jesus aparece a pessoas definidas e conhecidas, em lugares definidos e conhecidos.

1. Cumprimento das Escrituras

Detalhes maiores não são dados pelo evangelista e isso não deve ocupar nossa imaginação. Não devemos nos preocupar com aquilo que o texto não nos diz. Dois seguidores estavam indo para Emaús, um dos quais se chamava Cléopas. Iam pelo caminho conversando sobre os fatos que tinham acontecido, preocupados e tristes (v. 17). Por quê?

1.1. Sonhos frustrados

Jesus Cristo se aproxima sem ser reconhecido e começa a conversar com os “discípulos”. Pergunta-lhes qual o motivo da tristeza. A resposta está no v. 21: “*Ora, nós esperávamos que fosse ele quem havia de redimir a Israel; mas, depois de tudo isto, é já este o terceiro dia desde que tais coisas sucederam*”.

Vamos contrastar duas partes importantes desse versículo: “*Nós esperávamos...*” e “*já é este o terceiro dia...*”. Ora, o que isso nos diz? No mínimo, frustração completa de expectativas. O redentor de Israel tinha morrido já fazia três dias. A chama da fé e da

esperança, que tinha sido acesa em seus corações, tinha se apagado. “*Já é este o terceiro dia*”...e nada tinha acontecido.

1.2. Iluminação da Escritura

A interpretação que os discípulos apresentaram dos acontecimentos (v. 19-21) pode nos ajudar a entender a tristeza e preocupação de seus corações. Vamos compará-la com a interpretação de Jesus, contida nos v. 25-27:

OS DISCÍPULOS (v.19-21)

E explicaram: O que aconteceu a Jesus, o Nazareno, que era varão profeta, poderoso em obras e palavras, diante de Deus e de todo o povo, e como os principais sacerdotes e as nossas autoridades o entregaram para ser condenado à morte e o crucificaram. Ora, **nós esperávamos que fosse ele quem havia de redimir a Israel**; mas, depois de tudo isto, é já este o terceiro dia desde que tais coisas sucederam.

JESUS (v. 25-27)

Então, lhes disse Jesus: **Ó néscios e tardos de coração** para crer tudo o que os profetas disseram! Porventura, não convinha que o Cristo padecesse e entrasse na sua glória? E, começando por Moisés, percorrendo por todos os Profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras.

1.2.1. A interpretação dos discípulos

É própria dos judeus do tempo de Jesus. Reconhecem o Nazareno como profeta poderoso em palavras e obras, projetando sobre ele a expectativa de um Messias, que haveria de livrar o povo da dominação política, econômica e militar do impuro império invasor. O Messias haveria de ser exclusivo para Israel. Por isso estavam tristes e frustrados, pois já fazia três dias que esse Messias tinha morrido...

1.2.2. A interpretação de Jesus

Jesus corrige esse desvio. Começa por chamá-los de “*nescios*” (nescio é aquele que desconhece algo). Na sua explicação, não faz menção ao “*libertador de Israel*”. Jesus se refere ao “*Cristo*”, que deveria sofrer e entrar na sua glória. É verdade que o Cristo está vinculado ao passado glorioso de Israel. É por isso que eles voltam para Jerusalém, pois conforme Lucas, Jerusalém seria a igreja-matriz da qual o evangelho se propagaria (v.24:47 e livro de Atos); é verdade que dele os profetas falaram; é verdade que “*todas as Escrituras*” se referiam a Ele. Contudo, particularizar etnicamente a missão do Cristo seria uma grande limitação à ação livre de Deus. Quando Jesus aparece aos onze, na seqüência, também a eles expõe as Escrituras (24:44-47), conferindo os acontecimentos então recentes.

Assim, Jesus nos ensina a interpretar corretamente as Escrituras. Os discípulos de Emaús a interpretaram a partir de Israel; devemos interpretá-las a partir do Cristo. Podemos reconhecer aqui o ponto de corte entre a fé judaica e a cristã. Os discípulos particularizaram as Escrituras; Jesus as ampliou. Os discípulos se frustraram, tristes e preocupados; Jesus Cristo ressuscitou, triunfante, para a sua glória.

Não é suficiente reconhecer Jesus como profeta e poderoso em palavras e obras, como os discípulos de Emaús. Devemos aceitá-lo como o Cristo ressurreto, pela iluminação das Escrituras. Daí a responsabilidade que temos de interpretá-las corretamente.

2. Jesus é reconhecido no partir do pão

Quando chegaram ao seu destino, os discípulos convidaram Jesus a ficar com eles e ofereceram-lhe uma refeição. Vemos aqui o sagrado dever da hospitalidade. Ao forasteiro não se devia negar essa gentileza. Ainda mais que eles já estavam “ressabiados”, desconfiados de que aquele companheiro de jornada não era uma pessoa qualquer. E foi



Os discípulos de Emaús (1648)

*“Então, se lhes abriram os olhos,
e a reconheceram...”*

justamente na mesa, no partir do pão, que eles reconheceram que aquele era Jesus: “*então, se lhes abriram os olhos, e o reconheceram; mas ele desapareceu da presença deles*” (v. 31). Aqui, o desaparecimento instantâneo de Jesus é uma forma de manifestação da natureza do seu ser, por mais contraditório que isso possa parecer. Mas vamos pensar na primeira parte do versículo.

2.1 O “*partir o pão*” abre os nossos olhos

Quando Jesus abençoa o pão e o parte, instantaneamente os discípulos o reconhecem; agora, os olhos deles se abrem (v.31). A narração de Lucas nos faz lembrar da instituição da Ceia do Senhor. Com isso, temos, aqui também, uma refeição eucarística, que celebra a nossa salvação. Pão é alimento e por isso mesmo é sagrado. Não é à toa que simboliza o Cordeiro, que morreu e ressuscitou.

2.2. Pelo “*partir o pão*” devemos ser reconhecidos

Em seguida, aparecendo aos onze, Jesus pergunta se eles tinham algo para comer. Os discípulos estavam alegres e admirados, embora não tivessem acreditado ainda totalmente (v. 41). Jesus participa com eles de uma refeição, novamente; servem-lhe, então, um pedaço de peixe assado. Essa cena reflete, com precisão, o significado de uma refeição. A refeição é um ato gregário, isto é, implica em comunhão, encontro e alegria pela vida. À refeição estão associados os mais elevados anseios de satisfação de necessidades bio-fisiológicas, psicológicas e sociais, entre outras. Daí que o pão e a refeição são elementos sagrados.

Por esse caminho podemos entender a pobreza de nosso tempo: muitos não têm pão e os que o têm não querem compartilhá-lo; muitos não têm amigos nem família. Jesus Cristo não pode ser reconhecido nessa situação. É pensar que o dinheiro gasto em armamentos seria suficiente para erradicar a fome do mundo! Armas servem para matar e destruir; pão, para alimentar e aproximar.

Conclusão: Escrituras e partilha do pão para vivermos a Ressurreição

Os discípulos estão viajando para Emaús, a caminho, o que pode ser entendido como uma metáfora da vida. Afinal, nós também estamos a caminho, numa jornada especial.

Uma transformação importante acontece no caminho de Emaús. No começo, os discípulos não podiam reconhecer Jesus: “*Os seus olhos, porém, estavam como que impedidos de o reconhecer*”(v.16). Tinham os olhos preocupados e tristes, incapazes de ver em Jesus o Cristo; tinham os olhos embaçados por causa de uma interpretação distorcida dos acontecimentos e das Escrituras. Eram “*néscios*”. No final, eles o reconheceram plenamente: “*então, se lhes abriram os olhos, e o reconheceram*” (v.31). Antes, o libertador de Israel estava morto; depois, o Cristo Ressurreto estava vivo e foi reconhecido. Contudo, entre o antes e o depois temos o passeio pelas Escrituras e o partir do pão.

Que sejam esses os elementos pelos quais sejamos reconhecidos no mundo como a Igreja do Cristo Ressurreto. Essa é a força de que precisamos para a nossa vida. E que Ele seja nosso constante companheiro de jornada, para superação de nossas frustrações.



O Rev. Paulo Sérgio de Proença é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil, pastor da 1ª IPI de Guarulhos, SP, e professor do Seminário Teológico de São Paulo

12 *A Ressurreição de Cristo e a Redenção da Criação*

Rev. Fernando Bortolletto Filho

A Páscoa é o centro da vida cristã, e diversos dos seus aspectos estão sendo abordados neste suplemento de **O Estandarte**.

Certamente, todos nós aprendemos o grandioso significado da Páscoa, a ressurreição de Jesus, para a nossa redenção. Contudo, por motivos que não teríamos espaço neste texto para expor, parece que nossa compreensão sobre a Páscoa de Jesus se volta quase sempre para o aspecto de nossa salvação individual.

Sem jamais negar a importância desse aspecto, nosso texto pretende colaborar para que, ao pensarmos na Páscoa do Senhor, levemos em conta outros aspectos muito significativos. Um deles é a possibilidade que temos de refletir sobre a Ressurreição relacionando-a com a Criação.

“No princípio criou Deus...”

Os textos do início do livro de Gênesis pretendem transmitir uma mensagem de fé: Deus é o Criador e o Senhor do mundo. Nos relatos da criação, o povo de Deus percebe o alcance do poder e glória de seu Deus e recusa quaisquer explicações para a criação que não dêem ao Deus todo-poderoso, o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, a absoluta supremacia (principalmente em ambiente estrangeiro, o povo de Deus era confrontado com diversas explicações para a existência do mundo).

Mesmo no Antigo Testamento, o povo de Deus, ao relatar a criação, já a percebe como parte do plano amoroso e salvífico de Deus. Partindo da criação, podemos ver os atos de Deus como atos salvadores, se observarmos a partir da Bíblia com os olhos da fé.

Assim, o texto bíblico percorre a história com interesse teológico, ou seja, ele pretende mostrar que toda a criação é obra de Deus e nela



A ressurreição (1639)

o Senhor partilha o seu ser, Deus se dá e se revela solidariamente ao seu povo como Deus de comunicação: Deus cria pela sua Palavra.

“No princípio era o verbo...”

O ato criador de Deus já é, em si, um ato de comunicação. E o povo de Deus, ao perceber a “voz” do criador, em resposta, canta louvores.

Os cinco primeiros versículos do Evangelho de João são absolutamente decisivos para que possamos compreender que, pela Palavra (verbo) de Deus, criação e redenção estão unidas. A Palavra de Deus encarnada não aparece como que por acidente; o verbo de Deus, que anuncia redenção, é a palavra criadora de Deus.

A criação reencontra em Cristo o seu eixo, o seu sentido. Nele, voltamos à intenção primeira e amorosa de Deus: *“Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste”* (Cl 1.17). Jesus é a perfeição de Deus, desde o princípio. Nele todas as coisas foram criadas e nele tudo é restaurado, tudo pode ser “ressuscitado”. A vida do Salvador representa a ação de Deus em continuidade; ação constante e eficaz.

É interessante, nesse sentido, a abordagem que o apóstolo Paulo faz, escrevendo aos coríntios (15.45ss), ao usar as expressões *“primeiro Adão”*, referindo-se aos textos de Gênesis, e *“último Adão”*, referindo-se a Cristo, o qual restabelece em si mesmo a comunhão entre a criação e o Criador. O *“último Adão”* traz a mensagem de renovação total da criação, pois nele todas as coisas são novas. Não devemos nos esquecer que Adão, como representante da humanidade, é colocado por Deus numa posição de destaque em relação ao conjunto da maravilhosa criação de Deus. O ser humano é uma espécie de “gerente” (administrador) da criação e deve viver em harmonia com a natureza. Essa “gerência”, contudo, não deve se transformar em “ingerência”, motivada pela sede de domínio e poder. O *“último Adão”*, ao ressuscitar, apresenta-se como grande restaurador da comunhão entre o ser humano e o conjunto da criação.

Também fundamental, nesse sentido, é perceber que a ressurreição do Senhor significa também a reafirmação de seu senhorio (Fp 2.5-11). Toda a inconseqüente pretensão humana de domínio sobre a natureza (que tem provocado sua destruição) encontra na glorificação do Senhor ressurreto um profético sinal de alerta: só Jesus é Senhor, glorificado agora e desde o princípio; a Ele pertence o domínio sobre a criação.

O recurso utilizado pelo apóstolo Paulo, indicado acima, não deve nos fazer pensar que, a partir da glorificação do Cristo ressurreto, o mundo criado (representado pelo *“primeiro Adão”*) perde seu valor, pois agora devemos olhar para a nossa glorificação futura. Sem abrir mão, em momento algum, de nossas esperanças futuras, devemos pensar no *“último Adão”*, Jesus, como homem sensível, que pisou na terra

e no pó, que observava com carinho a natureza que o cercava. Por isso Ele é Senhor: porque se dá, compartilha, se torna servo.

Deus, Senhor da VIDA!

A vida é dom de Deus. Ele é o criador de todas as coisas, as quais foram criadas para a plenitude, para o amor, para a harmonia e a paz.

Uma vez afastada do propósito divino, a criação sofre com os diversos momentos em que a morte prevalece sobre a vida.

A Páscoa nasce, justamente, desse confronto entre vida e morte: o povo de Deus, encontrando-se em situação contrária à vida plena e harmônica (escravidão), é libertado pela decisão resoluta e coerente de Deus, como criador da vida. Deus conduz o seu povo à terra da promessa, a uma terra boa, que dá o alimento.

A intenção do texto do Êxodo não é marcar a vitória de um povo sobre o outro; a grande batalha é a da vida contra a morte: Deus faz o seu povo “passar” da escravidão para a liberdade.

E a Palavra do Deus da vida, outrora ouvida “*muitas vezes e de muitas maneiras*” (Hb 1.1), no momento apropriado é transmitida pelo Filho, “*resplendor da glória*” de Deus e “*a expressão exata do seu ser*” (Hb 1.3).

Deus, então, fala definitivamente. Fala na vida, na morte e, sobretudo, na ressurreição de seu Filho. E é na ressurreição que o “*discurso*” de Deus é mais contundente. Ao trazer Jesus dentre os mortos, Deus volta ao princípio e mostra a grande possibilidade de restauração de toda a criação.

Como indicamos acima, na vida do Filho de Deus, o representante divino da humanidade, o Criador reafirma que a vida foi criada para que a tenhamos em abundância. Quando Jesus passou da morte para a vida, deu demonstração daquilo que deve ocorrer em cada ato do seu povo, ou seja, pelos recursos da vida, neutralizar as armas da morte (morte da natureza, inclusive).

Celebrando a Páscoa do Senhor

A celebração da Páscoa era uma ocasião especial para o povo de Deus no Antigo Testamento, pois trazia à memória a ação libertadora

de Deus, que cria o seu povo para refletir sua glória.

Na história da Igreja, não tem sido diferente: a celebração da Páscoa é um ponto referencial no seu calendário litúrgico. Celebrar a Páscoa significa, portanto, anunciar a salvação total oferecida pelo Criador da vida.

Frisamos que a salvação é total porque ela não se refere apenas a um ou a alguns aspectos da realidade criada. Na vida do Filho de Deus temos o referencial de poder para lutar pela restauração de toda a criação.

Deus criou todas as coisas e deu vida ao ser humano, oferecendo a natureza para que, com seus frutos, pudesse proporcionar sempre o delicioso banquete da existência humana.

Sabemos que estamos bastante distantes disso... A natureza maltratada, em muitos lugares, nada mais tem a oferecer. E mesmo aquilo que a natureza oferece não é colocado na mesa do banquete à disposição de todos. Os bens da terra, ao invés de alimentar seres humanos, engordam gananciosos celeiros.

Nesse contexto, é extremamente urgente celebrar a Páscoa do Senhor. É necessário preparar o banquete eucarístico da família de Deus. É necessário reconhecer no partir do pão o centro do culto, sinalizando a partilha, a comunhão, assim como Deus fez ao criar e ao encarnar-se, partilhando conosco seu próprio ser. O Corpo de Cristo, que é a Igreja, se alimenta do Corpo do Senhor, dádiva restauradora (recriadora) de Deus.

A celebração da Páscoa é uma oportunidade para um engajamento do povo de Deus no amplo propósito divino da reconciliação: “*Ora, tudo provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação, a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo...*” (2 Co 5,18-19).



O Rev. Fernando Bortolletto Filho é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil e professor do Seminário Teológico de São Paulo

Rev. Gerson Correia de Lacerda

O Cristo católico latino-americano e brasileiro

John A. Mackay, pastor presbiteriano escocês que viveu de 1899 a 1983, trabalhou, durante grande parte de sua vida, como missionário na Espanha e na América Latina. Para melhor desenvolver seu ministério missionário, estudou a cultura espanhola e latino-americana. Algumas de suas conclusões a respeito dessa cultura aparecem num famoso livro que ele escreveu, cujo título é “*O outro Cristo espanhol*”. Nessa obra, Mackay faz um interessante estudo a respeito do Cristo com o qual ele se deparou no seu trabalho missionário na Espanha e na América Latina. Que Cristo era esse? Algumas frases da sua obra servem para mostrá-lo: “*Cristo se nos apresenta como a vítima trágica...Na religião espanhola, Cristo tem sido o centro de um culto da morte...O Cristo morto é uma vítima expiatória...*”

João Dias de Araújo, pastor da Igreja Presbiteriana Unida, numa obra publicada pela Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE), sob o título “*Quem é Jesus Cristo no Brasil?*”, chegou a conclusões semelhantes a respeito do Cristo presente na cultura brasileira. Diz ele: “*Uma das características marcantes do Cristo brasileiro é o fato de ser ele, na maioria das vezes, apresentado como morto. O que contribuiu, em grande parte, para essa apresentação foi o uso bem difundido do crucifixo... Os crucifixos, não somente os usados como colares, mas também os dependurados nas paredes das casas, nas cabeceiras das camas, nas paredes das escolas das repartições públicas e das igrejas, trouxeram para a mente do povo a imagem de um Cristo morto, preso no madeiro, impossibilitado de reagir, derrotado pelas forças do mal... Outro aspecto do Cristo Morto é a ênfase*

dada à procissão do Senhor Morto... De fato, podemos afirmar que temos no Brasil, pensando na maioria religiosa, um cristianismo que dá mais ênfase à paixão, ao sofrimento e à morte de Cristo do que à sua vitória sobre a morte, à sua ascensão e ao seu ofício de intercessor e sacerdote, nosso advogado, o Cristo Vivo, de que fala o Novo Testamento”.

John A. Mackay e João Dias de Araújo chegaram à mesma conclusão a respeito do Cristo da cultura latino-americana e brasileira: é o Cristo da paixão, do sofrimento e da morte; é o Cristo ferido, humilhado e crucificado.

É impossível deixar de concordar com eles! Na verdade, é este o Cristo do catolicismo brasileiro e latino-americano!

Caberia, agora, a pergunta: será que o Cristo do nosso protestantismo é diferente?

O Cristo protestante brasileiro

É claro que existem profundas diferenças e oposições entre o catolicismo e o protestantismo em nosso país. Em relação às imagens de Cristo, as divergências não poderiam ser maiores. As igrejas evangélicas não adotam crucifixos. Os membros de nossas igrejas não os carregam nos colares. Não temos nada semelhante ou equivalente ao Senhor Morto do catolicismo brasileiro. Na verdade, no protestantismo brasileiro, em muitas comunidades nem mesmo o uso da cruz como símbolo cristão é tolerado ou permitido.

Poderíamos, portanto, concluir que o Cristo do protestantismo brasileiro é diferente do Cristo católico.

Porém, antes de chegarmos a essa conclusão, devemos examinar o Cristo dos nossos cânticos, da nossa pregação e, especialmente, o Cristo das nossas celebrações eucarísticas.

O Rev. Antônio Gouvêa Mendonça, ministro jubilado da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, em seu livro “*O Celeste Porvir*”, apresenta um estudo a respeito do tradicional hinário protestante brasileiro “*Salmos e Hinos*”. Na edição desse hinário com 608 hinos, existem 375 hinos cristológicos. Dentre esses, 92 têm como tema a cruz e somente 10 tratam da ressurreição. A desproporção é muito grande! Leva-nos à conclusão de que o Cristo cantado no protestantismo tradi-



© Cristo de Emaús (1648)

cional brasileiro é muito mais o morto do que o ressuscitado.

A mesma coisa ocorre na pregação. Principalmente nas mensagens evangelísticas, a preocupação maior dos pregadores é a de chamar a atenção de todos para os sofrimentos e morte de Jesus na cruz pelos nossos pecados. Pouco espaço é reservado para o tema da ressurreição do Senhor.

E o que podemos afirmar a respeito das nossas celebrações eucarísticas? Tradicionalmente, elas são celebradas como se fossem uma cerimônia fúnebre. Em geral, os cânticos corais são sobre o sofrimento e a morte de Jesus na cruz, o mesmo sucedendo com os cânticos congregacionais. A distribuição do pão e do vinho aos fiéis é feita em

silêncio sepulcral. Diante da mesa da comunhão, na qual os elementos são cobertos com uma toalha, muitas vezes ficamos com a impressão de estarmos perante um esquite. E, geralmente, as palavras proferidas pelo oficiante durante a celebração eucarística enfatizam tão somente o sacrifício de nosso Senhor e Salvador.

Diante de tudo isso, chegamos à conclusão de que o Cristo do protestantismo brasileiro não é muito diferente do Cristo do catolicismo. Em ambos, ressalta-se a morte. Em ambos, há um esquecimento quase completo da ressurreição.

A Ceia do Senhor como anamnese da morte e da ressurreição

Frente a essa realidade, queremos chamar a atenção para a Ceia do Senhor como anamnese da morte e ressurreição de Jesus.

Começemos pela análise do termo anamnese. Não se trata de um termo popular. Não é uma palavra usada com freqüência. É, porém, uma expressão que consta nos nossos dicionários, que a definem como: *“reminiscência, recordação”*.

Na verdade, anamnese é palavra de origem grega. É exatamente a palavra que aparece nos originais gregos do Novo Testamento, quando, ao estabelecer a celebração da Ceia, Jesus disse: *“Fazei isto em memória (anamnese) de mim”* (1 Co 11.24; Lc 22.19).

Jean-Jacques von Allmen, em sua obra *“Estudo sobre a Ceia do Senhor”*, nos explica o que quer dizer anamnese no grego. Diz ele: *Anamnese “é a evocação ritual de um evento passado, para permitir-lhe outra vez sua virtude original e, mais ainda, a inserção daqueles que fazem a anamnese no próprio evento que a celebração comemora... A anamnese é, pois, muito mais do que auxílio à memória: é uma re-atuação (atualização) do evento histórico que a festa celebra”*.

Isso quer dizer que, quando celebramos a Ceia, não estamos simplesmente recordando, com emoção, um fato ocorrido no passado. O valor da Ceia é muito mais do que sentimental ou psicológico. Ao celebrarmos a Ceia, o ato salvífico de Deus em Cristo Jesus torna-se atual e válido para nós. Ao celebrarmos a Ceia, o sacrifício de Jesus apresenta-se como eficaz para a nossa redenção.

Evidentemente, isso não quer dizer que, na celebração da Ceia, re-

pete-se a morte de Jesus. Como diz o texto de Hebreus, *“Jesus Cristo ofereceu só um sacrifício, uma oferta que vale para sempre”* (Hb 10.12). Mas, quando celebramos a Ceia, a atualidade desse sacrifício torna-se manifesta. Como diz João Calvino: este sacramento foi estabelecido *“para assegurar-nos que o corpo do Senhor foi sacrificado uma vez por nós de tal maneira que agora o recebemos e, ao recebê-lo, sentimos em nós a eficácia deste sacrifício único”*.

Por outro lado, não podemos nos esquecer de que, na celebração da Ceia, estamos fazendo uma anamnese não somente da morte, mas também da ressurreição do Senhor Jesus.

O já citado Jean-Jacques von Allmen, na mesma obra que mencionamos, diz: *“Uma coisa é significativa: desde a origem, e conscientemente, a anamnese desta morte não é feita no dia no qual ela teve lugar, ou seja, na sexta-feira, mas no domingo (cf. At 20.7). Trata-se do fato de que é impossível, em terreno neo-testamentário, comemorar-se a morte de Jesus, sem que se comemore também a sua ressurreição ou sem que se comemore sua morte à luz de sua ressurreição”*.

Essas palavras são muito importantes. Chamam a atenção para o fato de que, no Novo Testamento, a morte de Cristo nunca é desvinculada da sua ressurreição. É isso o que lemos em Romanos 8.34: *“Foi Cristo quem morreu, ou melhor, quem foi ressuscitado e está à direita de Deus. Ele pede a Deus em nosso favor”*.

Na verdade, um dos problemas da problemática Igreja de Corinto era exatamente esse. Ali, naquela comunidade, a celebração da Ceia do Senhor estava sendo corrompida (1 Co 11.17-22). E, ali também, a ressurreição do Senhor estava sendo negligenciada e desprezada. É por isso que, na mesma carta em que estão as instruções sobre a Ceia do Senhor (1 Co 11.23-34), encontramos também o ensino sobre a ressurreição de Jesus e a nossa ressurreição (1 Co 15.1-58).

Sobre a ressurreição de Jesus, o ensino bíblico não poderia ser mais enfático: *“E, se Cristo não ressuscitou, não temos nada para anunciar, e vocês não têm nada para crer. E mais ainda: nesse caso estaríamos mentindo contra Deus, porque temos afirmado que ele ressuscitou Cristo. E, se é verdade que os mortos não ressuscitam, então Cristo também não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, a fé que vocês têm não vale nada, e vocês continuam perdidos nos seus pecados. Se*

é assim, os que morreram crendo em Cristo estão perdidos. Se a nossa esperança em Cristo é somente para esta vida, somos as pessoas mais infelizes deste mundo. Mas a verdade é que Cristo ressuscitou, e isso é a garantia de que os que estão mortos também ressuscitarão” (1 Co 15.14-20).

Diante dessas palavras, temos de proceder a um exame e a uma correção nas nossas celebrações da Ceia do Senhor. Elas não podem continuar sendo uma anamnese tão somente da morte de Jesus. Elas têm de ser, também, uma anamnese da sua ressurreição. Ou, dizendo de outra maneira, as nossas celebrações da Ceia devem ser marcadas pela alegria e regozijo porque Cristo está vivo.

Conclusão

Philip Yancey, na obra *“A Bíblia que Jesus lia”*, lembra uma história contada por Dostoiévski, que diz assim: *“Um judeu ortodoxo cumpria fielmente seus deveres religiosos no interior de uma prisão russa. Cobria uma mesa no canto da cela, abria um livro, acendia velas, afixava as tiras de couro ao braço e à testa e começava a orar. Ao ler o livro sagrado, repentinamente cobria a cabeça com as suas mãos e soluçava. Mas, logo em seguida, para a surpresa de todos os que o estivessem observando pela primeira vez, interrompia os soluços, dava uma forte risada e cantava um hino de triunfo. Quando lhe perguntavam sobre esse comportamento estranho, o judeu respondia que os soluços e as lágrimas eram provocados pela destruição de Jerusalém. A lei exigia que gemesse e batesse no peito. No meio da maior tristeza, no entanto, deveria lembrar a profecia segundo a qual um dia os judeus retornariam a Jerusalém, e isso o colocava num estado de alegria incontrolável. A esperança afastava qualquer outro sentimento”.*

Por razões maiores, assim também devem ser as nossas celebrações da Ceia do Senhor. Nelas, deve haver espaço para o soluço e para o pranto. Temos de lamentar a morte do Senhor por causa de nossos pecados. Todavia, não podemos ficar somente nisso. Temos de rir e cantar hinos de triunfo porque, na Ceia, festejamos a ressurreição do Senhor.



O Rev. Gerson Correia de Lacerda é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil, pastor da 1ª IPI de Osasco e presidente do Seminário Teológico de São Paulo

Bibliografia

- Allmen, J. J. von - *Estudo sobre a Ceia do Senhor*. Duas Cidades, São Paulo, 1968.
- Allmen, J. J. von - *O Culto Cristão*. ASTE, São Paulo, 1968.
- Calvino, J. - *Institución de la religión cristiana*. Feliré, Países Baixos, 1986.
- Conselho Mundial de Igrejas - *Batismo, Eucaristia, Ministério*. CONIC, KOINONIA, ASTE, São Paulo, 2001.
- Jeremias, J. - *Isto é o meu corpo*. Paulinas, São Paulo, 1978.
- Leith, J. H. - *A tradição reformada*. Pendão Real, São Paulo, 1996
- Mackay, J. A. - *El otro Cristo español*. Casa Unida de Publicaciones, México, 1952.
- McKim, Donald K. - *Grandes Temas da Tradição Reformada*. Pendão Real, São Paulo, 1998.
- Mendonça, Antônio Gouvêa - *O Celeste Porvir*. ASTE, Pendão Real e IEPG, São Paulo, 1995.
- Yancey, Philip - *A Bíblia que Jesus lia*. Editora Vida, São Paulo, 2000.

Rev. Eduardo Galasso Faria

O tema que trata da nossa união com Cristo, que foi muito enfatizado no ensino de João Calvino, está intimamente relacionado com a espiritualidade cristã, ou seja, com a participação que o crente tem, pela fé, nos benefícios da obra de redenção realizada por Jesus Cristo em nosso favor. Ele está também amplamente sustentado pelo ensino da Escritura.

Tal união de Cristo com o pecador é efetuada de modo misterioso, pela ação do Espírito Santo em nós, e é também chamada de união mística. É por ela que passamos a receber bênçãos espirituais, como a **regeneração** e a **santificação**, para podermos ser novas criaturas e vivermos a vida cristã plena.

Calvino diz que fomos escolhidos para estar unidos a Jesus e o laço dessa nossa união com Deus é a santidade (Institutas III, VI, 2). Pela graça que nos alcança através do Espírito Santo, somos incorporados em Cristo e dele passamos a receber os frutos dessa contínua dependência. Assim como Cristo participou da vida da humanidade, sofrendo com ela e por ela, do mesmo modo nós passamos a participar da sua vida, a ter comunhão com ele e a dele receber bênçãos. O selo que autentica essa união é o batismo, pelo qual passamos a levar o nome de Jesus, e é por meio da Ceia do Senhor que ela é sustentada em nós (Jo 6.56).

É por meio de nossa união com Cristo, efetuada continuamente pela ação do Espírito Santo, que recebemos os benefícios que nos vêm do Pai. Somos alcançados pela obra de Cristo, quando ele habita em nós (Institutas III, I, 1) e é pela fé que somos unidos a Cristo.

Quando nos afastamos dele, deixamos de receber os benefícios da obra da redenção. Ao mesmo tempo que sentimos a força pessoal dessa união de cada um com Deus, é preciso saber que ela é uma experi-

ência que nos alcança no relacionamento com o próximo, sendo pois vivida em comunidade.

No mundo, marcado pela separação, testemunhamos o poder da reconciliação que Deus opera em nós. Por isso, não se trata de uma experiência ou exercício de comunhão mística individual isolada. Esse tema foi tratado e vivido dessa maneira principalmente no período medieval.

Sabemos, também, que os benefícios dessa união não são endereçados exclusivamente a nós como igreja, a não ser como primícias da obra de Deus para com a humanidade, objetivo da missão. Também nós, velhas criaturas, vivíamos separados de Deus para sermos depois, alcançados pela ação renovadora de Cristo, pois, *“aprouve a Deus que nele residisse toda a plenitude e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele, reconciliasse consigo mesmo todas as cousas, quer sobre a terra, quer nos céus”* (Cl 1.19-20).

“Sem mim, nada podeis fazer”

Sendo assim, falar da união com Cristo é tratar de uma verdade que se relaciona com a nossa vivência cristã da salvação, como servos dependentes do nosso Senhor. Ou seja, nossa salvação está em relação direta com Deus, por meio de Cristo: *“somos salvos por estar em união com Cristo e só permanecemos salvos porque estamos em união com Ele”*. É o que temos nas Escrituras.

O evangelista S. João diz: *“permaneço em mim, e eu permanecerei em vós. Como não pode o ramo produzir fruto de si mesmo se não permanecer na videira, assim, nem vós o podeis dar, se não permanecerdes em mim. Eu sou a videira, vós, os ramos. Quem permanece em mim, e eu, nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer”* (Jo 15.4-5).

Por sua vez, Paulo declara: *“Assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas”* (2 Co 5.17). Ou ainda: *“Logo, não sou quem vive, mas Cristo vive em mim; e este viver que, agora, tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim”* (Gl 2.20).

Também está claro que essa união é a base da salvação e não resulta de qualquer mérito da nossa parte. *“Aquele que não conheceu pecca-*



Auto-retrato como apóstolo Paulo (1661)

**Rembrandt se identificava com Paulo, que dizia:
"Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em
mim".**

do, ele o fez pecado por nós; para que, nele fôssemos feitos justiça de Deus" (2 Co 5.21).

Pensando na **permanência** dessa união com Cristo, Paulo orava pelos efésios: "E, assim, habite Cristo no vosso coração, pela fé, estando vós arraigados e alicerçados em amor" (Ef 3.17). Ou: "Rogo-vos...

que andeis de modo digno da vocação a que fostes chamados, com toda a humildade e mansidão, com longanimidade, suportando-vos uns aos outros em amor, esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz” (Ef 4.1-3).

Todavia, a perseverança dos eleitos nessa união e a sua sustentação dependem de Jesus: “As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão” (Jo 10.27-28).

No ensino de Paulo aparece ainda, com força, a idéia de que nós somos um com Cristo e, pelo poder do Espírito, ele nos comunica sua vida e todas as bênçãos que recebeu do Pai. Dessa forma, a união com Cristo leva-nos também à união com o Pai. E ela existe no poder do Espírito, ou seja, de forma **trinitária**.

Uma outra figura usada por Paulo para falar dessa união é a referência à relação de Cristo com a Igreja, à semelhança do relacionamento do homem com a mulher no **casamento**. A união com Cristo envolve o corpo em uma só carne (Ef 5.31).

Na verdade, a nossa união com Cristo é maior do que a do esposo com a esposa. Por isso, Paulo refere-se a ela como sendo um mistério. E essa união intensa, que esperamos ver sempre ampliada em nós, é a base para a certeza da fé. Uma fé que devemos muito mais viver do que procurar compreender.

Estar fora de Cristo

Uma outra forma de se analisar esse fundamento da espiritualidade enfatizada por Calvino é acompanhar de perto o que o apóstolo Paulo fala sobre o “*estar em Cristo*”.

Podemos acompanhar Lewis B. Smedes (no livro *Grandes Temas da Tradição Reformada*), observando, em primeiro lugar, o que Paulo descreve como sendo a nossa situação “*fora de Cristo*”. Para o apóstolo, estar fora de Cristo é estar “*na carne*”, no sentido mais negativo de se possuir uma “*identificação fatal com o mal*” ou ter a mente controlada por ele, de tal forma que os frutos produzidos são o oposto dos frutos do Espírito, pois “*O pendor da carne dá para a morte, mas o do Espírito, para a vida e paz*” (Rm 8.6).

A **lei** também pode ser o outro inimigo do estar em Cristo, já que,

com ela, optamos pela força das coisas velhas, que se passaram, enquanto tudo se fez novo nele. O cumprimento da lei, que pode ser muito importante para o viver como cristão, também pode ter a função perniciosa de nos distanciar da confiança na graça de Cristo para confiarmos em nossos próprios méritos. O apego a ela como forma de nos justificarmos gera o orgulho e a justiça própria, que nos distanciam do irmão, especialmente para querer julgá-lo. Pode ser fonte de hipocrisia e desumanidade. É a letra que mata, quando o Espírito vivifica (2 Co 3.6).

Estar fora de Cristo significa, também, viver voltado para o pecado, em rebelião contra Deus. Em tal situação, somos dominados por uma força que é estranha a Deus e que impede a nossa comunhão com ele.

Estar em Cristo

“Se alguém está em Cristo, é uma nova criatura” (2 Co 5.17) - *Aí está a chave para compreendermos a nossa salvação. Aí temos o outro lado da moeda. Nós que estávamos “fora”, em rebeldia, passamos a viver nele, reconciliados com Deus. Ele morreu por nós para que possamos viver para ele. A separação foi vencida em nós e “o mundo todo que Deus criou, o mundo que as pessoas afastam do amor de Deus, o mundo que Deus continua a amar...”* - é o objetivo da reconciliação efetuada através de Jesus Cristo.

Essa nova criatura a que Paulo se refere é muito mais do que uma situação a que se pode chegar algum dia no futuro, progressivamente, com esforço pessoal. Paulo está falando de uma nova criação que **Deus opera** e que aparece *“onde quer que Cristo é conhecido, confessado e servido como o Senhor da vida”*. Foi *“a lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus que te livrou da lei do pecado e da morte”* (Rm 8.2).

Isso ocorre na igreja e pode ocorrer individualmente, mas *“não é, primariamente, uma experiência moral subjetiva nem uma experiência mística, mas uma existência dentro de uma situação radicalmente nova, na contínua confusão da história humana”*. Ocorre principalmente *“na comunidade em que a reconciliação de Cristo é pregada e vivida”*, mas ocorre também na história humana, onde Deus atua para a salvação, trazendo a nova criação como o elemento conciliador e aglutinador, do qual somos chamados a participar.

Conclusão

O problema é que, ao depararmos com a realidade que nos cerca, sentimos pouco da presença desse novo ambiente e da nova criação de que Paulo fala. As velhas coisas estão muito presentes diante de nós e nos chocam. Alguns podem até querer fugir em busca uma experiência mística individualista, entre quatro paredes, numa “ilha da fantasia”.

Paulo, no entanto, tem uma outra forma de encarar essas coisas. Primeiro, **reconhece** essa realidade e fala, com clareza, que a história humana está debaixo dos poderes das trevas: *“Porque bem sabemos que a lei é espiritual; eu, todavia, sou carnal, vendido à escravidão do pecado... pois não faço o que prefiro e, sim, o que detesto”* (Rm 7.14-15).

Depois sente que essa situação em que vivemos, marcada pelo conflito entre o velho e o novo (*“Vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado”* - Rm 7.23) gera frustração e desânimo, a que ele próprio estava sujeito (*“Desventurado homem que sou!”* - Rm 7.24) .

De nossa parte, também sentimos isso. Face a tanta separação, violência, injustiça e sofrimento, somos levados a indagar: onde estão as coisas novas e a nova criatura? Como podemos partilhar dos benefícios da união com Cristo? E isso nos angustia e nos faz sentir infelizes.

Como resposta, precisamos, em primeiro lugar, reconhecer a inevitabilidade dessa condição ansiosa e de agonia, mesmo participando dessa nova realidade do estar em Cristo. Como disse Paulo: *“Sabemos que toda a criação, a um só tempo, geme e suporta angústias até agora”* (Rm 8.22). Vivemos os sinais da nova criação e da reconciliação em meio à lei do pecado e do mal, uma ambigüidade que, muitas vezes, nos desespera. Nem sempre sabemos o que fazer.

Em segundo lugar, é preciso ter consciência de que, se ainda não alcançamos o novo dia, nem superamos nossa condição pecaminosa, podemos enxergar, com os olhos da fé, que o fundamental já ocorreu na cruz e, depois, na ressurreição, com a vitória de Jesus Cristo sobre a inimizade, a separação, a morte e a destruição. Isso significa, acima de tudo, que os poderes das trevas estão subjugados. Portanto, podemos viver a esperança de um novo dia e uma nova criação no Espírito. Essa esperança tem a ver com a nova criatura que está em Cristo, para

a qual *“as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas”*.

Concluamos com a certeza que Paulo pode nos inspirar: *“Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as cousas do presente, nem do porvir, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá nos separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor”* (Rm 8.38-39).

Se esse conforto, por vezes, pode induzir alguns à acomodação, por outro lado, nos conduz para a frente, como temos em Gl 5.5: *“Porque nós, pelo Espírito, aguardamos a esperança da justiça que provém da fé”*.



O Rev. Eduardo Galasso Faria é Ministro da Palavra e dos Sacramentos da IPI do Brasil e professor do Seminário Teológico de São Paulo

Caderno de **O Estandarte**

Publicação especial em comemoração à Páscoa na
Ressurreição do Senhor

ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Rev. Gerson Correia de Lacerda (*relator*)

Rev. Josué Xavier

Rev. Eduardo Galasso Faria

Presb. Nilson Zanela

Alberto Klein

Diretor e Editor:

Rev. Gerson Correia de Lacerda

Revisão:

Rev. Gerson Correia de Lacerda

Jornalista responsável:

Dr. Uassyr Ferreira

Reg. MT 6220 - SJPESP 65381

Matr. Sind. nº 12763

Redação:

Rua Amaral Gurgel, 452 - Sobreloja

CEP 01221-000 - São Paulo-SP

Fone/fax: (011)3258-1422 / 3258-7967

E-mail: estandarte@ipib.org

Expediente: 2ª a 6ª, das 9 às 18 hs.

Editora Pendão Real

Márcio Serafim de Paula

(*Gerente Administrativo*)

Sheila de Amorim Souza

(*Arte e Editoração Eletrônica*)

João Júnior Marques

(*Atendimento e Cadastro*)

Exemplar avulso: R\$ 3,00

Depósito no Bradesco

Agência 095-7 C/C 151.212-9

Tiragem: 4.000 exemplares.

Impressão: Gráfica Potyguara(11) 6969-4077

Artigos assinados não representam necessariamente a opinião da IPI do Brasil, nem da própria direção do jornal. Matérias enviadas sem solicitação da Redação só serão publicadas a critério da diretoria. Os originais não são devolvidos.

Capas: “Não me detenhas” (1651) - O quadro retrata o episódio descrito no evangelho de João 20.11-18. Jesus, ressuscitado, apareceu a Maria Madalena junto ao túmulo. Ela estava lamentando a morte do Senhor. Jesus, então, lhe disse: “Não me detenhas; porque ainda não subi para meu Pai, mas vai ter com meus irmãos e dize-lhes: Subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus”.

“A incredulidade de Tomé” (1634) - Cena do evangelho (João 20.24-29) em que Jesus apareceu a Tomé e lhe disse: “Põe aqui o dedo e vê as minhas mãos; chega também a mão e põe-na no meu lado; não sejas incrédulo, mas crente”.



Caderno para os assinantes

GRÁTIS

A incredulidade de Tomé (1634)

